



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO CARIRI: OS PROGRAMAS DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

JUSCELINO MARTINS COSTA JUNIOR

Araras

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO CARIRI: OS PROGRAMAS DE
FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

JUSCELINO MARTINS COSTA JUNIOR

ORIENTADORA: PROFA. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO.
CO-ORIENTADORA: PROFA. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA
BERGAMASCO.

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras, 2019.

Martins Costa Junior, Juscelino

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO CARIRI: OS
PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR / Juscelino Martins Costa Junior. -- 2019.

132 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São
Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: VANILDE FERREIRA DE SOUZA-
ESQUERDO; SONIA MARIA PESSOA PEREIRA
BERGAMASCO

Banca examinadora: Vanilde Ferreira de Souza-
Esquerdo; Janice Rodrigues Placeres Borges; Regina
Aparecida Leite de Camargo

Bibliografia

1. Assentamento Rural. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Políticas Públicas.
I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da
Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário (a) Responsável: Maria Helena Sachi
do Amaral – CRB/8 7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Juscelino Martins Costa Junior, realizada em 30/05/2019:

Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo
UFSCar

Profa. Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges
UFSCar

Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo
UNESP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Janice Rodrigues Placeres Borges, Regina Aparecida Leite de Camargo e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, como fonte espiritual.

Agradeço aos meus familiares, que sempre me apoiaram de forma efetiva na busca dos meus sonhos.

Agradeço as minhas orientadoras Prof^a Vanilde Ferreira e Prof^a Sonia Bergamasco, que sempre se dedicaram ao meu trabalho e se esforçaram para a sua idealização.

Agradeço a todo o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, aos professores dedicados, a secretaria que nunca mediu esforços em ajudar os mestrandos e aos colegas que de maneira direta acrescentaram na minha evolução acadêmica.

Agradeço aos amigos que contribuíram com minha pesquisa, ajudando na pesquisa de campo e também sempre buscando mais fontes de conhecimento para aperfeiçoar meu trabalho.

Agradeço as bancas de qualificação e defesa, que me ajudaram a sempre aperfeiçoar minha dissertação.

Agradeço aos assentamentos em que fiz minha pesquisa, a todos os assentados que me recebiam da melhor forma, sempre dispostos a ajudar.

Agradeço aos órgãos de ATER do Ceará, seja os governamentais ou não, que sempre estiveram à disposição da minha pesquisa e nunca negaram dados importantes para a sua construção.

Agradeço a CAPES, pelo financiamento da pesquisa por meio de bolsa de estudos.

Agradeço aos meus amigos que sempre se importaram comigo e com a minha formação.

Meus agradecimentos a todos que direto e indiretamente me ajudaram nessa fase tão importante da minha vida.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
ÍNDICE DE IMAGENS.....	iii
ÍNDICE DE QUADROS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO DA LITERATURA	05
2.1 A questão agrária no Estado do Ceará.....	05
2.2. Programas de Políticas Públicas relacionados à comercialização de produtos da agricultura familiar.....	08
2.2.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	11
2.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	15
2.3. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	19
2.4. Território da Cidadania	24
3 MATERIAIS E MÉTODOS	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1. Número de famílias assentadas e entrevistadas na pesquisa.....	28
Tabela 2. Entrevistas realizadas para a compreensão do território da Cidadania do Cariri.....	29
Tabela 3. Relação dos territórios rurais e da cidadania e dos municípios pertencentes a cada território.....	38
Tabela 4. Atividades realizadas pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania do Cariri e do Território Rural do Centro-sul e Vale do Salgado.....	46
Tabela 5. Porcentagem de compra de produtos da agricultura familiar nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, Ceará, Brasil.....	50
Tabela 6. Número de DAP's Ativas, inativas e totais de DAP's nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, Ceará, Brasil, 2019.....	54
Tabela 7. Evolução dos recursos financeiros aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017 (SEAD e MDS).....	59
Tabela 8. Porcentagem de compra de produtos da agricultura familiar nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, onde se localizam os assentamentos estudados.....	77

ÍNDICE DE IMAGENS	Pag.
Imagem 1. Reservatório de água localizado no Assentamento Baixa Grande em Jati/CE.....	32
Imagem 2. Reservatório de água no assentamento São João, localizado na cidade de Antonina do Norte/CE.....	74
Imagem 3. Visão do Assentamento São Paulo, localizado na cidade de Antonina do Norte/CE.....	75
Imagem 4. Visão do assentamento Olho D´água em Varzea Alegre/CE..	76
Imagem 5. Lavoura de Palma Forrageira do Assentamento Baixa Grande em Jati/CE.....	77
Imagem 6. Via de acesso ao assentamento São Paulo.....	79
Imagem 7. Reunião com o presidente da associação na Associação dos Assentados do Assentamento Olho D´água.....	81

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1. Mapa do Território da Cidadania do Cariri, Ceará.....	25
Figura 2. Localização dos assentamentos dentro do Território da Cidadania do Cariri, Ceará.....	27
Figura 3. Evolução da participação de agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea entre os anos de 2009 -2018.....	63
Figura 4. Número de municípios que atuaram no Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea entre os anos de 2009 - 2018.....	64
Figura 5. Linha do tempo sobre as ações do Estado voltadas a Agricultura Familiar no Território da Cidadania do Cariri.....	99

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1. Instâncias organizacionais do Programa Território Da Cidadania.....	42
---	----

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO CARIRI: OS PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Autor: JUSCELINO MARTINS COSTA JUNIOR

Orientador: Profa. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO.

Co-orientador: Profa. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

RESUMO

A atenção do Estado para o meio rural brasileiro durante muito tempo era voltada apenas ao médio e ao grande produtor. Em meados dos anos 1990 a agricultura familiar foi considerada em algumas ações do Estado. Neste sentido, programas e políticas públicas foram implementados. Assim, o objetivo deste trabalho foi verificar o papel do Estado, por meio de suas ações e programas de políticas públicas, no fortalecimento dos assentamentos rurais no Território da Cidadania do Cariri cearense. Como metodologia foi realizado um estudo de natureza qualitativa, com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, além de métodos de observação participativa. No ano de 2008 foi criado o programa Território da Cidadania e em 2009 o programa teve início no Cariri, sendo o maior do Ceará, com 29 municípios. Verificou-se que poucos assentados conseguiram acessar programas como o PNAE e o PAA. O baixo acesso aos Programas estava vinculado a características ambientais locais e à falta de serviços de assistência técnica e extensão rural. Os NEDET's têm como objetivo servir de apoio aos colégios territoriais, difundir métodos e tecnologias voltadas à gestão social da política territorial, porém não conseguiu atender e nem inserir os assentamentos federais no seu plano de ação. O Estado, com todas as suas políticas tem potencial para a promoção do desenvolvimento nos assentamentos e para toda a agricultura familiar caririense, porém que é necessária uma atuação mais constante de uma rede de atores que favoreçam a agricultura.

CARIRI CITIZENS 'TERRITORY: FAMILY AGRICULTURE STRENGTHENING PROGRAMS

Author: JUSCELINO MARTINS COSTA JUNIOR

Adviser: Profa. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO

Co-adviser: Profa. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

ABSTRACT

The attention of the State to the Brazilian countryside was for a long time focused only on the medium and large producer. In the mid-1990s family farming was considered in some state actions. In this sense, programs and public policies were implemented. Thus, the objective of this work was to verify the role of the State, through its actions and programs of public policies, in the strengthening of rural settlements in the Citizenship Territory of Cariri Ceará. As a methodology was carried out a qualitative study, with the application of questionnaires and semi-structured interviews, as well as participatory observation methods. In 2008, the Territory of Citizenship program was created and in 2009 the program began in Cariri, the largest in Ceará, with 29 municipalities. It was found that few settlers were able to access programs such as the PNAE and the PAA. Low access to the Programs was linked to local environmental characteristics and lack of technical assistance and rural extension services. The NEDET's aim is to support territorial colleges, to disseminate methods and technologies geared to the social management of territorial politics, but it has not been able to attend and not to insert the federal settlements in its plan of action. The State, with all its policies, has the potential to promote development in settlements and for all family agriculture in Cariri, but it is necessary to work more steadily with a network of actors who favor agriculture.

1. INTRODUÇÃO

O nordeste é uma região que abrange 18% de todo território nacional, sendo contemplado por nove estados, possuindo área três vezes maior que a da França, terceiro mais extenso país europeu. O nordeste brasileiro, em sua grande maioria, apresenta problemas sociais históricos, como o pouco investimento em áreas de agricultura e indústria, gerando migração da população para regiões economicamente mais evoluídas, especialmente em épocas de seca.

As adversidades do meio natural representam grande preocupação aos nordestinos, pois períodos sem chuva, principalmente no semiárido nordestino, fazem com que o povo do nordeste busque em outras regiões do país melhores condições de vida.

Esta região representa a base histórica para a economia brasileira, pois o início das atividades econômicas relacionadas ao Pau Brasil e à cana-de-açúcar foram desenvolvidas no nordeste, porém a economia nordestina sofreu uma queda, após meados do século XVIII com o declínio da economia açucareira e ascensão da economia cafeeira na região Sudeste.

Nos últimos 30 anos percebe-se que a economia nordestina começou a ter crescimento expressivo, isto foi possível pelos investimentos e políticas públicas voltadas tanto para o meio urbano como para o rural.

O meio rural, por meio da agricultura, historicamente no Brasil é considerado importante vetor de desenvolvimento econômico (CASTRO, 2015), porém durante muito tempo apenas o médio e o grande produtor eram considerados dignos de receber atenção do Estado, pois o agricultor familiar era considerado irrelevante, já que não tinha condições financeiras para adquirir tecnologias e insumos que foram impostos durante a “Revolução Verde” (BONNAL e LEITE, 2011).

De acordo com Moreira (2007, p. 524) “na agricultura familiar, o trabalho, a administração, as decisões sobre o que e como produzir e os investimentos são realizados pelos membros de uma família, sendo ou não eles os proprietários da terra”.

Assim, a agricultura familiar pode ser um ponto estratégico para o desenvolvimento rural, porém este desenvolvimento está associado ao seu fortalecimento por meio de políticas públicas, como aconteceu na Europa, gerando um modelo viável economicamente e socialmente (SABOURIN, 2007).

Além dos problemas sociais e ambientais, a questão agrária, cuja história está ligada à colonização do nosso país, é marcada pela má distribuição de riqueza, concentrada entre poucas pessoas, que são beneficiadas historicamente pela má distribuição de terras.

A estrutura fundiária colonialista forma a origem da história agrária brasileira, cujas características mais marcantes foram: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura (LAMARCHE, 1993). As condições fundiárias no estado do Ceará foram marcadas por meio da luta pela reforma agrária, principalmente na região do Cariri Cearense, onde a má distribuição de terras é evidente até os dias atuais, promovendo grande desigualdade fundiária, que deixam fazendeiros com grandes propriedades de terra e agricultores familiares com pequenas áreas para a sua produção agrícola.

Desde as décadas de 1950 e 1960 a reforma agrária vem sendo discutida nas mais amplas esferas (política, acadêmica e sociedade em geral), pois é uma política (ainda não realizada) tida como uma das soluções para muitos dos problemas nacionais, porém somente na década de 1980 registra-se a criação de assentamentos rurais em todas as unidades federativas do Brasil, implementação esta que aconteceu de forma lenta e irregular (BERGAMASCO, 1997). Bergamasco e Norder (1999, p. 7) conceituam os assentamentos rurais como "a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.", essa nova localidade gera impactos na economia e na sociedade como um todo, necessitando vir acompanhados de políticas agrícolas, em especial, a de crédito rural e assistência técnica (SPAROVEK, 2003).

Apenas nos anos 1990 em um cenário de fortalecimento da agricultura é que o Estado "abre os olhos" para a agricultora familiar, é a partir de então que

começam a aparecer políticas públicas voltadas a essa classe, meio como se fosse um pagamento por uma dívida histórica, as políticas se tornaram vias para o desenvolvimento rural (DIAS et al., 2013). Dentre as políticas podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996; o Programa de Aquisição de Alimentos, programa que fomenta a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, e políticas voltadas aos serviços de assistência ao agricultor como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). A criação do PRONAF simbolizou o reconhecimento do Estado nesse novo modelo de agricultura, a agricultura familiar (MATTEI, 2007).

No estado do Ceará a agricultura familiar é bastante importante, pois r se tornou um dos principais meios para o desenvolvimento, sempre buscando uma força de trabalho economicamente mais ativa (CEARÁ, 2012). De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, do total de estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, a agricultura familiar respondia a 89,6%. Outro dado relevante é que o número de cearenses recenseados com ocupação no campo (1.145.985 habitantes), 84,6% (969.001 pessoas) pertencia à agricultura familiar (CEARÁ, 2012).

Nesse contexto o objetivo deste trabalho foi verificar o papel do Estado, por meio de ações e programas de políticas públicas, no fortalecimento dos assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri cearense.

Especificamente tivemos como objetivo:

- Verificar os principais programas de políticas públicas para a agricultura familiar no Território da Cidadania do Cariri;
- Verificar a inserção dos assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri nas políticas públicas, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Esta dissertação foi dividida em quatro seções além desta introdução. A **segunda seção** trata da revisão teórica na qual são abordados temas sobre a questão agrária no estado do Ceará e no Cariri e conceitos de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, em especial o Programa Território da Cidadania, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o

Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Na **terceira seção** foi caracterizado o Território da Cidadania do Cariri e descrita a metodologia utilizada para a coleta de dados, bem como a forma de análise dos dados. Na **quarta seção** são apresentados os resultados e a discussão. Nesta seção também são apresentados uma caracterização dos assentamentos e uma contextualização com dados recentes sobre as políticas públicas e sua importância econômica e social para o Território da Cidadania do Cariri.

E, por fim, na **quinta seção** apresentamos as considerações finais do trabalho, levando em consideração o contexto apresentado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção são apresentados os fundamentos teóricos que nortearam a formulação desta dissertação. Inicialmente é apresentada a revisão sobre a questão agrária no estado do Ceará e no Cariri, analisando o contexto histórico da sua formação, após foi realizada a revisão sobre programas de políticas públicas que fomentam a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar nos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão, na sequência abordamos também informações sobre o Programa Território da Cidadania.

2.1 A questão agrária no Estado do Ceará

Os processos de ocupação dos estados nordestinos tiveram o contexto histórico ligado ao período em que o país estava imerso, ainda como província, com a doação de terras por meio das sesmarias. Além deste contexto, um dos principais aspectos da ocupação das terras cearenses foi a entrada de Baianos e Pernambucanos por meio da pecuária formando grandes propriedades, se apropriando de grandes extensões do sertão nordestino. Foram os grandes latifundiários pecuaristas que dominaram a área, os latifúndios ocupavam centenas de quilômetros de extensão, onde se realizava a pecuária extensiva em campo aberto para a produção de carne e de animais de trabalho que eram vendidos inicialmente para as áreas canavieiras do estado de Pernambuco e da Bahia e, a partir do século XVIII, para o estado de Minas Gerais (ANDRADE, 2004).

Conforme Andrade (1994), era destacada a venda de animais para locais com produção de açúcar, tão presente no Ceará da época, além da venda para a produção de carne de charque. A distribuição das terras sempre era representada por grandes áreas nas mãos de poucos e pequenas áreas de terras nas mãos de muitos, representando enorme desigualdade social.

As primeiras experiências de organização camponesa no Ceará datam dos anos 1950, quando o movimento social dos trabalhadores rurais começou a consolidar sua organização com a criação da União dos Lavradores e

Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), tempos depois em 1957 foi transformada em Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC). A partir da década de 1960 e, especialmente, na década de 1970, o campo cearense foi alvo de profundas fissuras nas relações sociais tradicionalmente mantidas entre fazendeiro/patrão e camponês/trabalhador, lutas que marcam a história agrária deste Estado. Essas décadas apresentaram grande período de seca no Ceará, agravando ainda mais a situação dos agricultores (ESPLAR, 1991 *apud* GOVERNO DO ESTADO, 2014).

Os principais agentes envolvidos na luta pela terra no Estado têm sido a Igreja Católica via Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), que pressionam o poder público pela desapropriação de novas áreas por meio das ocupações de terra e acampamentos.

De acordo com Barreira (1992), essas lutas se apresentavam de forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos, são lutas locais que deixaram suas marcas na história cearense no interior de cada fazenda e guardam como característica comum o confronto direto entre camponeses e latifundiários.

Apesar da luta pela terra estar presente em todas as regiões do estado do Ceará, do litoral até o interior, uma região que sofreu significativas mudanças por esses processos foi o Cariri cearense, que possui muitas peculiaridades em relação ao restante do Estado, especialmente por seus aspectos ambientais, econômicos e religiosos.

O Cariri cearense se caracteriza por grande número de propriedades com tamanho extremamente reduzido, oriundas de grandes latifúndios que foram se subdividindo e gerando áreas pequenas, que juntas ocupam pequena porcentagem das terras agricultáveis. A quantidade de imóveis rurais considerados minifúndios é muito maior do que as grandes propriedades. O estado do Ceará possui 1.610 imóveis de grandes propriedades, por outro lado possui 119.335 que são considerados minifúndios. Estes ocupam uma área de

1.948.845 ha, enquanto as áreas com grandes propriedades possuem ao todo 2.541.809 ha, demonstrando assim a concentração fundiária neste Estado (IBGE, 2017).

Essas áreas menores estão presentes em todo o território do Cariri cearense, pelo fato desta região apresentar a agricultura como a principal atividade socioeconômica, seja para o autoconsumo ou para a comercialização. Segundo Brígido (2001), as primeiras concessões de sesmarias no Cariri ocorreram por volta dos anos de 1700 e foram dadas pelos senhores da Casa da Torre¹. Da mesma forma como ocorreu no restante do estado do Ceará, a região do Cariri também foi povoada pelo ciclo do gado, que percorreu todo o sertão. No caso do Cariri eram atraídos pelo “Oásis no meio do deserto”, já que esta região é cercada por uma área de Mata Atlântica, cheia de nascentes e de rios, uma ótima opção para o manejo do gado.

Petrone (1955, p. 10), cita que

“com o povoamento iniciado na base da criação de gado em grandes propriedades, a região do Cariri viu suas terras se subdividirem em propriedades menores graças à parcial substituição da criação pela agricultura, conseqüente ao paralelo aumento da população e fragmentação da terra por herança”.

O povoamento recente do Cariri também está ligado à estrutura religiosa, já que o município de Juazeiro do Norte, que possui o maior número de habitantes entre os 27 municípios da região, desde a década de 1920, recebe muitos “romeiros” do Padre Cicero, figura religiosa bastante importante para a história da região.

Conforme o tempo foi passando e o processo de reforma agrária foi sendo reconhecido, foi analisado que não apenas a concessão de terras seria uma forma de fortalecer o agricultor familiar, mas esta deveria vir

¹ A Casa da Torre também conhecida como Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Castelo de Garcia d'Ávila, Torre de Garcia d'Ávila, Forte de Garcia d'Ávila além de uma construção histórica, era um império dono de grandes áreas de terra, que teve sua expansão ao longo das gerações dos seus senhores por mais de 400 léguas na Região Nordeste do Brasil um território correspondente ao dobro da capitania do Piauí. Eles realizavam guerras contra os índios e os escravizavam para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar e nas criações de gado, criações estas que foram o ponto forte para a colonização do Nordeste. A casa da Torre criou grande um império de terras pelo Nordeste (BANDEIRA, 2000).

acompanhada de outras políticas públicas capazes de fortalecer a manutenção do agricultor na terra.

2.2 Programas de Políticas Públicas relacionados à comercialização de produtos da agricultura familiar

Nos últimos 15 anos com a demanda de formas de comercialização para os produtos oriundos da agricultura familiar, foram criados programas estatais de aquisição de alimentos que favorecem a inclusão da agricultura familiar nos mercados de compras institucionais, abrindo um mercado para este público.

Conforme Muller e Surel (2004, p.13), as definições de políticas públicas são geralmente genéricas e de difícil apreensão como, por exemplo, “política pública é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, ou ainda, “uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”.

O Estado brasileiro entendeu que com atividades pontuais o governo não consegue garantir ao ser humano uma alimentação adequada, isso teria que ser realizado na forma de leis e políticas públicas, para que a promoção do acesso a uma alimentação saudável, em quantidade e regular à população (MALUF, 2009).

Os principais programas de políticas públicas criados com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar da população foram o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a Lei 11.947/2009 vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, estabelecendo que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros destinados à compra de alimentos para as escolas deverão ser utilizados para a aquisição de alimentos procedentes da agricultura familiar.

2.2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O PNAE é um programa voltado à alimentação escolar, cujo objetivo é a formação de hábitos alimentares saudáveis e o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos de Creches, Pré-escola, Ensino fundamental e médio, e Escolas de educação para jovens e adultos durante sua vida escolar, atuando no

seu desenvolvimento e rendimento escolar (BRASIL, 2009).

Hoje, como referência mundial na área de alimentação escolar, o PNAE é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), auxilia diversos tipos de alunos das escolas filantrópicas e públicas do país, sempre levando o direito constitucional da alimentação escolar (FNDE, 2006). O FNDE ainda é responsável pelo acompanhamento, fiscalização, cooperação técnica, avaliação da efetividade da aplicação dos recursos e repasse destes recursos para a alimentação escolar (Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar, 2005).

Os primeiros pensamentos quanto à alimentação escolar no Brasil são datados de 1930, após isso alguns Estados e municípios mais ricos começaram a se responsabilizar pelo fornecimento da alimentação em suas instituições de ensino. No entanto, foi apenas na década de 1950 que o Programa Nacional de Alimentação teve sua criação, onde se começou a pensar na alimentação escolar como um programa público de forma mais concreta (FRANÇA, 2017).

Apesar de sua criação ter acontecido quatro anos antes, foi apenas em 1954 que o Programa de Alimentação Escolar foi oficialmente criado por meio do Ministério da Saúde e, em 1955, foi oficializado pelo Ministério da Educação e Cultura, pelo decreto no 37.106/55, sendo no seio das políticas sociais e assistenciais do país uma das mais antigas intervenções governamentais federais de suplementação alimentar. Apenas em 1979 o Programa começou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tempos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a alimentação escolar passou a ser direito constitucional dos alunos do ensino fundamental (FRANÇA, 2017).

Um dos principais avanços no Programa Nacional de Alimentação Escolar foi anunciado em 2009, que diz respeito à obrigatoriedade da aplicação de no mínimo 30% dos recursos repassados do FNDE para os Estados e municípios para a compra de produtos da agricultura familiar, com prioridade para a aquisição de produtos agroecológicos e orgânicos, ou seja, produtos que valorizam a sustentabilidade, tanto do meio ambiente, quanto da socioeconômica dos agricultores.

Além disso, a compra deve atender o produtor e o consumidor (alunos) locais, levando o programa a se tornar local e próximo dos seus atores sociais (BRASIL, 2009). Gonçalves et al., (2015) confirmam que a junção entre a agricultura familiar e a alimentação escolar contribui muito para o desenvolvimento de melhores hábitos alimentares, pois são mais saudáveis, não apenas pela oferta de cardápios de melhor qualidade, mas também pelas ações de educação nutricional pautadas na produção e consumo sustentável dos alimentos.

Quando nos alimentamos nos reconstruímos, com conexões com nós mesmo e com outros seres humanos em diversas dimensões, sejam elas intelectuais, orgânicas, espirituais ou psicológicas, se alimentar não somente é o processo de satisfazer a fome ou as necessidades nutricionais, vai muito além disso, está também vinculada a nossa identidade e diversidade cultural, sendo contexto da universalidade de sermos humanos (VALENTE, 2002). No ambiente escolar, segundo Carvalho e Castro (2009), a alimentação envolve diversos fatores importantes, como o respeito a natureza e seus ciclos, que fornecem alimentos para que sejam atendidas as necessidades básicas de não sentir fome; relações socioeconômicas ambientais; políticas institucionais e aspectos culturais e territoriais; resultando na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Apesar da importância da Lei 11.947/2009 para o aprimoramento da alimentação escolar e como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, diversos municípios e estados não conseguiram atingir o percentual mínimo de compra de 30% dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em 2010, como foi o caso de 23,3% dos municípios e estados da região Oeste, 27,5% da região Nordeste, 21,5% da região Norte, 26,3% da região Sudeste e 10,9% da região Sul (SARAIVA et al, 2013).

A implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma ação em que é necessário a superação desafios pelas organizações envolvidas, pois possui complexidade própria, com uma cadeia de especificidades, multiplicidade de profissionais e arranjos institucionais que

apesar de a priori gerarem uma burocracia ao programa, fazem com que todo o sistema consiga funcionar de maneira eficiente (CORÁ; BELIK, 2012). Para que essa engrenagem funcione é necessário que as diversas interfaces, configurações de conhecimento e atores sociais, se comuniquem, e para isso existe o Conselho de Alimentação Escolar, que age como um elo de ligação entre os atores-chaves, sendo de extrema importância para a execução do programa (ALMEIDA, 2011).

O Programa é atualmente coordenado nacionalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. O órgão é responsável pelo repasse dos recursos financeiros para aquisição de alimentos, cabendo aos Estados e Municípios complementarem estes recursos, além de cobrir os custos operacionais (STURION et al., 2005).

Nos estados do Ceará e do Piauí, Nehring e Mckay (2013) observaram que a aproximação entre a gestão municipal e os agricultores familiares foi um dos efeitos positivos não intencionais da implantação de políticas públicas voltadas à agricultura.

Triches e Schneider (2010) avaliam que o PNAE, após a Lei nº11.947, passou a apresentar grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes.

2.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos nasceu a partir de reivindicações e reflexões trazidas pela sociedade ao Estado desde a década de 1990, corroborando com uma demanda de agricultores familiares para fomentar o acesso à comercialização e fortalecer a segurança e a soberania alimentar, demanda essa exposta desde a década de 1970, preocupações cada vez mais presentes no dia-a-dia (GRISA, 2012).

Organizações rurais como a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, movimentos sociais, como o MST, há muito tempo faziam

pressão para a formulação de políticas públicas destinadas à comercialização de produtos da agricultura familiar, lutando em prol do fortalecimento desta categoria de agricultores.

O programa foi criado em 2002, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), durante a formulação de outra política pública importante no debate da segurança alimentar, o Programa Fome Zero, criado pelo Instituto da Cidadania, na transição governamental no ano de 2002 (BRASIL, 2018): Em 2 de julho de 2003, o PAA foi oficialmente instituído pela Lei n°. 10.696, artigo 19 que diz:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas à situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégico (BRASIL, 2018).

Além das questões de soberania alimentar, esse programa também traz na sua pauta o fortalecimento da agricultura familiar, sendo uma via de mão dupla na qual acontece o fomento a comercialização, conseqüentemente a fortificação da produção, e também a ajuda a grupos de assistências sociais que não seriam de capazes de sobreviver sem essa doação (BRASIL, 2018).

No Decreto 7.775 o Programa de Aquisição de Alimentos passou a possuir um conjunto de objetivos mais amplos. Conforme o artigo 2º, incisos de I a IX, deste decreto o PAA possui as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; VIII- promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012).

A doação de alimentos de qualidade como assistência social é um dos objetivos do programa, além de valorizar as economias regionais, motivar a transição agroecológica dos sistemas e conservar a biodiversidade (BRASIL/CONAB, 2009). Assim como a PNATER e o PNAE, o PAA também tem foco na agricultura familiar, sendo direcionado também a famílias assentadas da reforma agrária, aquicultores, extrativistas, silvicultores, pescadores, comunidades indígenas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra e acampados (BRASIL, 2012).

Além disso, o PAA incentiva a participação de mulheres no programa atuando como fornecedoras, mas para isso elas precisam atender Art. 3º, da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 (CONAB, 2018), que cita as características de agricultores familiares, que podem atuar como fornecedoras, gerando independência financeira e o fim de uma subordinação em uma sociedade que no meio rural é quase sempre machista.

O fortalecimento de agricultores familiares promove maior autonomia, buscando o melhor processo produtivo e melhora na qualidade de vida das populações inseridas no PAA (DEVES et.al., 2010; SILVESTRE et. al., 2005). Muitos estudos já citam a diversificação da produção dos agricultores familiares em buscar de mais atuações junto ao programa. Com relação à contribuição do programa à diversificação produtiva, Ghizelini (2006, p.1) destaca que:

O PAA enquanto ação pública permitiu alguns avanços na forma como o Governo analisa, compreende e atua diante do quadro de pobreza e insustentabilidade atual da agricultura familiar brasileira [...] que se vê atrelada a produzir produtos que o mercado aceita comercializar [...], conseqüentemente, a produzir produtos agrícolas [...] que

permitem às agroindústrias ter uma margem de lucro cada vez maior. Aqueles alimentos e produtos que não possibilitam reproduzir esta lógica, não possuem mercado, ou como dizem, estão "fora" do mercado.

O preço pode ser positivo ou negativo para o agricultor familiar, pois sua estabilidade não varia, mas o mercado sim, podendo levar a um prejuízo ou lucro, porém a quantidade de compras e a comercialização já programada faz com que o produtor consiga o desenvolvimento nesse programa. Para Valeriano (2012), o Programa de Aquisição de Alimentos é uma enorme oportunidade de geração de emprego, tendo em vista que o agricultor familiar consegue programar sua venda durante um período determinado, nesse caso é um ano para cada contrato, fazendo com que o agricultor saia da subsistência e consiga se desenvolver economicamente.

Há seis modalidades de compras no Programa de Aquisição de Alimentos, conforme execução do Estado: (1) Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, (2) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, (3) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, (4) Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite, (5) Compra Coletiva e (6) Compra Institucional. A Companhia Nacional de Abastecimento é responsável em grande parte dos Estados pela execução do PAA, determinando também o preço para a venda, levando em consideração o preço no comércio local e regional, porém existe uma série de órgãos municipais ou estaduais que também atuam neste programa (BRASIL, 2012).

Apesar da venda programada, de acordo com Triches e Kilian (2016), o Programa de Aquisição de Alimentos requer maior organização dos agricultores, pois tem uma complexidade própria, necessitando de arranjo institucional e multiplicidade de profissionais para sua atuação.

Uma das maiores características no PAA é a regionalização do programa, capaz de se ajustar em diferentes condições do país, seja no processo produtivo ou político (SCHMITT *et al.*, 2014; BRASIL, 2005).

2.3 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Durante muito tempo a agricultura era vista como uma atividade rústica, em que não era necessário acompanhamento e nem planejamento para o aumento de produção, o primeiro país que notou a necessidade dessa ação foi o Estados Unidos da América, onde se encontram os primeiros registros de Extensão Rural e Assistência Técnica como formas institucionalizadas de serviços públicos, com as *Farms Institutes*, que posteriormente se transformaram em serviços de caráter público ligado ao Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), já no final do século XIX e no início do século XX (ROS, 2012).

A Extensão Rural e Assistência Técnica pode ser definida, segundo a Lei 12.188 de 2010, como “Serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (PEIXOTO, 2008, p 1).

As alianças políticas entre os EUA e o Brasil no início dos anos 1990 se tornaram um trampolim para que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural chegassem ao Brasil, esse contexto foi descrito por Fonseca (1985, p 59):

Na história da extensão rural no Brasil, 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de Extensão Rural, melhor dizendo, significa o resultado das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos que culminaram na implantação do projeto piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no estado de São Paulo, e na fundação da ACAR-Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, o Sr. Nelson Rockefeller.

Apesar do ano de 1948 ser um marco histórico para os serviços de Ater no Brasil, existem registros documentais do Sistema de Informação do Congresso Nacional, que citam a criação de Institutos Agrícolas em alguns estados do país, como Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro, datando da época do império, esses institutos serviam para difundir informações junto aos grandes produtores (PEIXOTO, 2008).

Nessa época o papel do Extensionista estava atrelado aos modelos de desenvolvimento e interesses dos grandes produtores. Segundo Dias (2008), nesse momento da ATER no Brasil, o público beneficiado era na grande maioria o produtor de médio e grande porte, como também eram filtradas regiões nas quais era perceptível o maior preparo para a atuação de tecnologias modernas e para comercialização. Muitos pesquisadores citam a falta de diálogo nesse período entre o extensionista e o produtor rural. Para Freire (1971), a falta de diálogo dificultava o entendimento das informações transmitidas pelo extensionista, o produtor não conseguia transformar essa informação em conhecimento útil. Como a maioria dos extensionistas eram profissionais atuantes nas áreas de ciências agrárias, o foco da atuação era apenas em atividades técnicas voltadas ao processo produtivo (CASTRO *et al.*, 2014).

Os anos de 1950 foram os de expansão da Ater no Brasil, no final desta década os serviços já estavam presentes na metade dos estados do Brasil e expandia-se para o Nordeste, no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Ceará. A Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR era a entidade que prestava serviços de Ater e elaborava projetos que fomentava crédito junto aos financiadores, estava em expansão por todo o território nacional, e institucionalizou os serviços de ATER no país, que passou a ser coordenado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que era símbolo da congregação das ACAR's do país, seguindo um modelo não democrático de orientação vertical (CAPORAL, 1998 *apud* OLIVEIRA, 1999).

Os anos 1970 foram de muita importância para a Extensão Rural e Assistência Técnica no Brasil, com a criação de dois órgãos que mudam a perspectiva do desenvolvimento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1972, com o objetivo de pesquisar e analisar as tecnologias para o meio rural, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que surge em 1974, com o objetivo de realizar serviços de Ater. A Embrapa permanece existente até hoje, porém a EMBRATER foi extinta em 1990 e foi criada a Associação Brasileira das

Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), porém esse foi um período da história do Brasil em que muitas instituições estavam sendo extintas ou sucateadas, tendo a ASBRAER seu reconhecimento e ativamente participando das atividades de Ater no país anos depois da sua fundação (PEIXOTO, 2008).

Desde sua institucionalização no país na década de 50, os serviços de ATER passaram por diversos momentos no Brasil, seguindo momentos e movimentos políticos, variação das concepções, público preferencial, mas trazendo duas características claras nesse primeiro período, o difusionismo como ênfase para o desenvolvimento, e o atendimento a produtores com mais renda, não levando em consideração o contraste social tão presente no Brasil (DIAS, 2008).

Nesse período apenas a produtividade era importante, não preservando os recursos naturais e sociais das áreas produtivas, durante muito tempo os serviços de ATER se mantiveram assim, mesmo com o aumento do valor do crédito e do número de extensionista era fato que precisava ainda mais na busca pelo desenvolvimento rural. Somente no ano de 2003, o Governo Federal lançou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), cuja finalidade é guiar os serviços de Ater no Brasil visando uma nova forma de agricultura, que conserve os recursos naturais, dialogue com os produtores, havendo um compartilhamento de saberes, e buscado a produção de alimentos saudáveis (MDA, 2004).

O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, era o responsável pelas atividades de Ater no país. Esse processo da história que começa logo no início do governo do presidente Lula e foi um marco para a Ater no brasileira, pois buscava uma visão integral da sustentabilidade, tendo como foco central a agroecologia e o uso de metodologias participativas no trabalho com os agricultores familiares, público prioritário da Ater. Assim, a Pnater priorizava os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais; que outrora eram esquecidos pelos extensionistas (Brasil, 2005).

Segundo Caporal (2004) o novo profissional de Ater na Pnater tinha uma nova formação, não priorizando apenas os formados em áreas das ciências agrárias, mas em áreas multidisciplinares, interdisciplinares e intercultural, capaz de atuar em diversas vertentes, sempre com uma visão holística, a fim de desenvolver sustentavelmente as comunidades rurais.

A agroecologia é outro importante conceito que começou a atuar com a Pnater, na agroecologia os novos profissionais de Ater buscam o desenvolvimento rural sustentável de forma mais socialmente, ambientalmente e economicamente justa para o produtor. A Pnater é uma política inovadora, pois ela contrasta com conceitos e instituições que durante toda a história eram tidas como estabelecidas, verdadeiras (DIAS, 2007).

A Pnater foi uma das políticas mais democráticas em sua criação, todo seu processo de construção foi participativo, envolvendo colaboradores da sociedade civil e não civil, participando mais de 500 pessoas e 100 entidades, buscando formas de sintetizar suas pautas e fortalecer a política (MDA, 2004).

Porém, para Dias (2007), os mecanismos que efetuam a Pnater se mostraram frágeis e pouco eficazes, fazendo com que a política não tivesse efeito positivo, pois prevaleceu os *habitus* que já existiam junto aos atores do processo de Extensão Rural e Assistência Técnica. Somente em 2010 foi criada a Lei de Ater que rege os órgãos de Ater no território nacional, porém ela é muito criticada por alguns autores (CAPORAL, 2011; DINIZ et al., 2011) pois excluem alguns conceitos que foram considerados avanços na Pnater (como por exemplo a retirada do termo Agroecologia) e por não ter sido discutida ativamente com a sociedade, como foi a Pnater, se tornando uma lei considerada vertical, sem o processo participativo.

A Lei de Ater sugere a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, o termo Agroecologia considerada uma avanço para pesquisadores usado na Pnater foi excluído da Lei de Ater e substituído pelo o termo “Agricultura de base ecológica” (BRASIL, 2010; PAIVA, 2012).

Até o ano de 2016 os serviços de Ater caminhavam em grande crescente para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, atuando não

só com o serviço técnico mas na ação de diversas políticas públicas que fomentavam o trabalho no campo, porém em 2016 com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, muitos desses projetos foram prejudicados por essa ação, seja com a eliminação do projeto ou com a redução do recursos como foram os casos do PNAE e PAA.

Para o planejamento e execução de políticas públicas, uma das maiores dificuldades no meio rural, pois cada localidade representa uma característica diferente, seja econômica, ambiental ou social, o Governo Federal lançou em 2008 o Programa Territórios da Cidadania, que é uma política pública cujo o objetivo é o de combater a desigualdade social agrupando municípios caracteristicamente parecidos em territórios, onde pode ser feito o planejamento e a execução de políticas públicas de maneira mais eficaz.

2.4 Território da Cidadania

O Brasil é um país historicamente marcado pelas desigualdades sociais e má distribuição de riqueza. Até antes de 2002 o Governo planejava programas sociais destinados a combater o problema da desigualdade, primeiro com o programa Território de Identidade que foi responsável por inaugurar as atividades voltadas à promoção de políticas para o desenvolvimento com viés territorial, depois disso, já no ano de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário através da sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT inicia uma política de articulação para o desenvolvimento dos territórios rurais, com o programa Territórios Rurais (2003-2008) e em 2008 foi instituído o programa Territórios da Cidadania. O programa Território da Cidadania é a consolidação de um novo modelo para o desenvolvimento, e conseguiu que mais políticas públicas fizessem parte efetivamente na vida dos brasileiros, principalmente em áreas rurais, conforme avaliação do MDA (2010).

Segundo SANTOS (2005, p. 255) “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”. Partindo desse contexto é essencial analisar que o território

imaterial também é um espaço de debates político, abstrato (FERNANDES, 2005), segundo Gehlen e Riella (2004, p. 20), “a ideia de território oferece chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade”.

O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) foi o principal gestor dessa mudança de conceito voltada para o desenvolvimento, conseguindo gerir e operar esses Territórios e levando ao país uma abordagem de desenvolvimento rural sustentável nunca vista antes (CARDOSO JÚNIOR; LUNAS; GOMES, 2017).

O Programa Território da Cidadania teve origem tomando como critério os territórios rurais economicamente mais fragilizados, sendo territórios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH), com a maior concentração de agricultores familiares ou assentados da reforma agrária, com maior concentração de quilombolas ou população indígenas e também com territórios de uma boa parte de municípios com baixo dinamismo econômico (BRASIL, 2008).

O objetivo geral da proposta de desenvolvimento territorial do Programa “Territórios da Cidadania” é a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as desigualdades de gênero, raça e etnia, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com: ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas (MDA, 2007). Inicialmente foram identificados 120 conjuntos de municípios com proximidades sociais e geográficas que organizaram diálogos interinstitucionais capazes de promover a gestão das políticas públicas com o objetivo de universalizar programas básicos de cidadania (BRASIL, 2008).

O Brasil vinha em uma crescente no número de Territórios, em 2015 possuía um total de 258 Territórios homologados, desses 135 eram Territórios da Cidadania, a região que mais tinham territórios era a região nordeste com 104 territórios, seguidos por 43 territórios instituídos na região Norte, 42 no Centro-Oeste, 40 no Sul e 29 territórios no Sudeste (PORTAL DOS NEDETS, 2017). Porém devido a extinção do MDA e a diminuição dos investimentos, o crescente aumento do número de territórios se estagnou, apesar do grande desenvolvimento social que aconteceu durante os últimos anos no país, ainda existem grandes problemas que sem o auxílio de programas sociais fomentando o desenvolvimento voltam a tona.

O Programa Território da Cidadania abrange um total de 1.852 municípios, o que representa 33% do total dos municípios brasileiros, aproximadamente 42,4 milhões de pessoas e 46% da população rural. Para termos uma ideia dos segmentos atendidos, destaca-se que 47% da agricultura familiar, 67% dos assentados da reforma agrária, 66% das comunidades quilombolas, 52% das terras indígenas e 54% dos pescadores habitam esses territórios (PORTAL DA CIDADANIA, 2014).

O Estado do Ceará apresenta seis territórios da Cidadania: Cariri, Inhamuns Crateús, Sobral Sertão Central, Sertões de Canindé e Vales do Curu e Aracatiaçu, onde o Território da Cidadania Sertões de Canindé abrange uma área de 9.099,20 Km² e é composto por 6 municípios; Inhamuns Crateús abrange uma área de 30.795,60 Km² e é composto por 20 municípios; Sertão Central abrange uma área de 15.678,40 Km² e é composto por 12 municípios; Vales do Curu e Aracatiaçu abrange uma área de 12.143,70 Km² e é composto por 18 municípios; e o Território da cidadania do Cariri contempla uma área de 16.350,40 km², contendo 28 municípios.

Como estratégia para o desenvolvimento territorial dos Territórios da Cidadania, o Governo Federal tem realizado parcerias com as Universidades Federais, a fim de que essas instituições possam assessorar os territórios, com isso foram criados os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET nos Territórios Rurais e da Cidadania. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (2015, p. 9) os Núcleos tinham como objetivo geral:

Contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. (SDT, 2015).

Com base no Portal dos Nedets (2017) foram apoiados 120 Territórios da Cidadania em todo o país, englobando 3.568 municípios do país, cerca de 65% do total de cidades. Os NEDET's ainda têm como objetivo servir de apoio aos colégios territoriais, difundir métodos e tecnologias voltadas à gestão social da política territorial; produzir dados por meio de pesquisas além de difundir esse conhecimento com a comunidade acadêmica, motivar a participação de mulheres e jovens nos colégios territoriais; articular uma melhor gestão nos territórios e apoiar a consolidação dos Territórios Rurais e da Cidadania (SDT, 2015).

Os NEDET's são resultados de uma colaboração mútua entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), resultando em um fortalecimento maior no desenvolvimento dos territórios, eles são responsáveis por atuar ativamente nos colegiados dos territórios que são formados tanto pela sociedade civil quanto pelo governo, assim de desenvolver a localidade e trazer desenvolvimento.

Um dos principais papéis do Programa Território da Cidadania está na promoção de diversas políticas públicas, com o mapeamento da região de acordo com suas características. Os territórios até hoje sofrem com demandas, seja relacionado ao processo produtivo, como a falta de subsídio e de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, até os processos de comercialização. Um dos principais problemas de alguns territórios da Cidadania é a comercialização, pensando nisso o governo federal se insere nesse problema gerando políticas públicas que podem suprir essa carência e

atuar no fortalecimento nutricional da população, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

3. METODOLOGIA

3.1 O Cariri

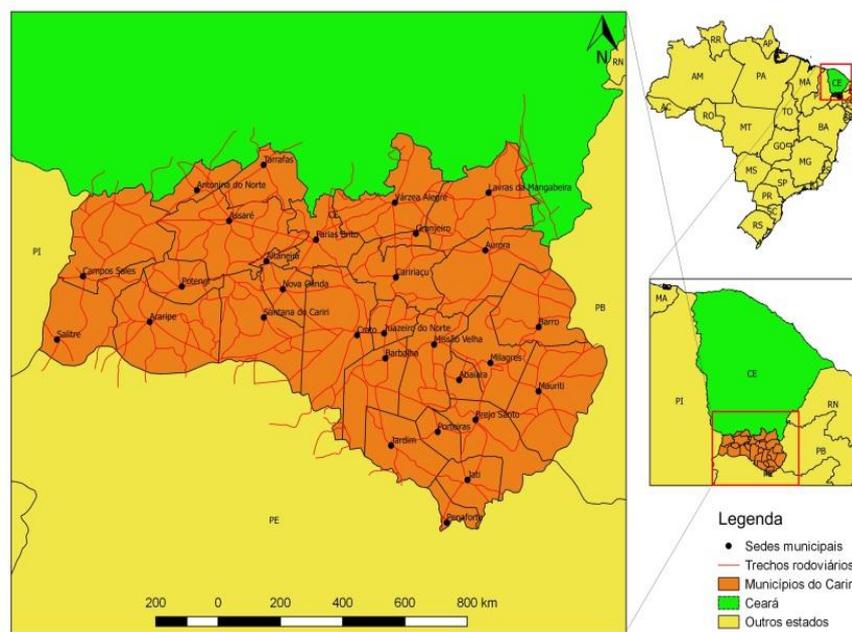
A região Nordeste do Brasil abrange 18% de todo território nacional, sendo composto por nove estados; Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Sergipe e Pernambuco, com área total de 1.561.177 km², sendo três vezes maior que a França. Em função da grande extensão territorial, encontramos na região Nordeste quatro tipos de climas: Semiárido, Tropical, Litorâneo Úmido e Equatorial Úmido. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016, o nordeste teve uma população estimada de 53.081.950 habitantes, sendo 38.821.246 habitantes na zona urbana e 14.260.704 de habitantes na zona rural.

O estado do Ceará, dentro desse contexto, tem uma área de 148 920,472 km² ou 9,37% da área do Nordeste e 1,74% da superfície do Brasil. Sua população estimada é de 8.904.459 habitantes, conferindo ao território a oitava colocação entre as unidades federativas mais populosas. O clima cearense é predominantemente semiárido, com dados de pluviosidade que podem chegar de 500 mm a 1000 mm. O Ceará é marcado pela aridez, pela falta de chuvas, mas com táticas de convivências com o semiárido, o cearense aprendeu o modo de lidar com essa preocupação e produzir bem em suas atividades agrícolas. No Ceará 956 mil pessoas tem a agropecuária como ocupação, com 5.072.152 estabelecimentos rurais em hectare isso representa 350.253.392,273 ha, a ocupação da terras tem usado 18% (63.366.058,510 ha) em lavouras, 45% (158.622.704,018 ha) em pastagem, 26% (101.627.797,746 ha) como florestas e matas nativas e 8% (26.636.768,99 há) restante usado com outros (IBGE, 2018).

Este trabalho foi realizado no Território da Cidadania do Cariri, correspondendo a uma área de 16.350,40 km² localizado na região sul do Estado do Ceará, zona semiárida, tendo como limites ao sul, o estado de Pernambuco; a oeste, o estado do Piauí; a leste, o estado da Paraíba e ao norte, os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Cedro, Lavras da

Mangabeira e Ipaumirim, que pertecem a região centro-sul do estado como pode ser visto na Figura 1 (MDA, 2010).

Figura 1. Mapa do Território da Cidadania do Cariri, Ceará.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Urbanização média dos municípios do território é de 69,45% com variações de 29,45% (Tarrafas) a 96,07% (Juazeiro do Norte), isso está muito simbolizado pelo processo de êxodo rural ocorrido nos anos 70 e 80, quando muitos agricultores familiares caririeses deixaram suas propriedades para buscarem melhores condições de vida no centro urbano. A densidade demográfica da Região é de 53,48 hab./km², ficando Potengi com a menor densidade (9,99 hab./km²) e Juazeiro do Norte com a maior densidade (1.005,39 hab./km²), Juazeiro é a cidade que mais tem habitantes no Território, muitos desses habitantes tinha a cidade como turismo religioso, já que a mesma representa grandes taxas nesse segmento do turismo, devido a figura do Padre Cicero; mas decidiram ficar na cidade por melhores oportunidades, esses habitantes vinham e ainda vem de todo o nordeste e o crescimento e desenvolvimento da cidade está pautado nessa recepção.

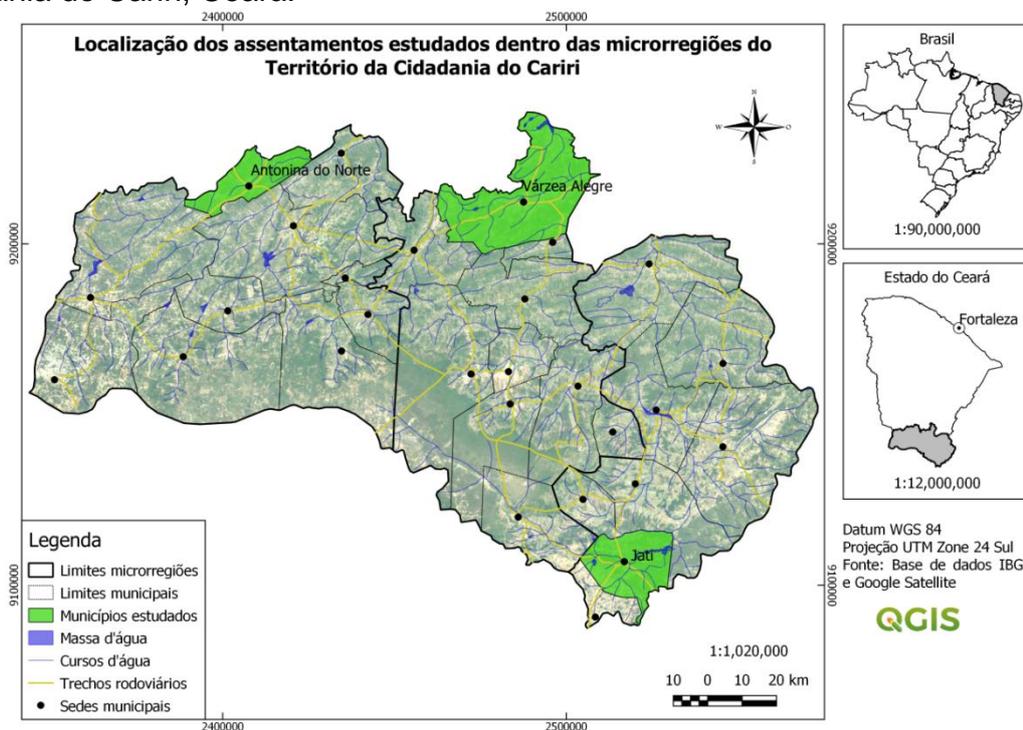
O Território do Cariri está subdividido em três microterritórios: Cariri Leste, Cariri Central e Cariri Oeste, mesmo que não oficialmente, essa divisão agiliza os processos de desenvolvimentos dentro do Território, devido ao agrupamento de cidades com as mesmas características. O microterritório Cariri Leste, que possui uma área de aproximadamente 4.637 km², onde vivem 194.776 habitantes, compreende os municípios de Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras, enquanto o microterritório Cariri Central representa uma área de aproximadamente 6.036 km², onde vivem cerca de 617.701 habitantes, é formado pelos municípios de Abaiara, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Várzea Alegre. O microterritório Cariri Oeste conta com uma área de aproximadamente 7.316 km² e uma população de 149.541 habitantes, sendo formado pelos municípios de Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (IBGE, 2010).

Cada microterritório também apresenta características rurais parecidas, quando voltamos à economia rural, vemos que os microterritórios costumam produzir produtos com pouca diversificação, isso devido às características agrárias locais, fazendo com que o território tenha uma economia rural pujante, com a pecuária de leite e a fruticultura irrigada no Cariri Leste, passando pelo extrativismo e a agroindústria no Cariri Central, e a mandiocultura do Cariri Oeste, esse último microterritório tem características não desejadas para uma agricultura mais desenvolvida, apresentando níveis de pluviosidade baixos e solos pobres para a produção, chegando a ter vários municípios entre os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, tendo a cidade de Salitre como a posição 184^o dos 184 municípios cearenses, levando em consideração que a agricultura é o principal meio de desenvolvimento possível nessa região do Cariri (IBGE,2010).

O Território da Cidadania do Cariri apresenta seis assentamentos federais: o assentamento São João e o assentamento São Paulo localizados em Antonina do Norte, o Baixa Grande localizado em Jati, o Olho D`água em Várzea Alegre, o assentamento Serra Verde localizado em Caririaçu e o

ACOCI em Campos Sales, como observado na Figura 2 (BRASIL/INCRA, 2018).

Figura 2. Localização dos assentamentos dentro do Território da Cidadania do Cariri, Ceará.



Fonte: Elaborado pelo primeiro autor.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Foi realizado um estudo de natureza quantitativa e qualitativa, com a aplicação de questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas (GIL, 2002). Os questionários envolveram questões voltadas à identificação das políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares dos assentamentos rurais no Território da Cidadania do Cariri, questões sobre a infraestrutura do assentamento e características de conservação ambiental também foram abordadas.

Foram utilizados métodos de observação participativa para melhor compreender a realidade dos assentados. O uso do Diário de Campo foi muito importante para o registro de informações que não foram captadas pelos questionários, pois trata-se de uma técnica de pesquisa onde o pesquisador anota as suas impressões sobre aquele dia de pesquisa.

Também foram realizadas entrevistas não estruturadas com agentes locais envolvidos na execução do Pnae. Desta forma, foram realizadas entrevistas com secretários e coordenadores do Pnae das Secretarias de Educação dos municípios estudados. Essas entrevistas tiveram por objetivo analisar a atuação do município no Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua relação com os assentamentos rurais.

Após um primeiro contato com as áreas, foi realizada a pesquisa de campo nos assentamentos selecionados. A aplicação dos questionários foi realizada nos meses de maio e junho de 2018. Por último foram realizadas entrevistas não estruturadas com os secretários de Agricultura dos municípios estudados, com o objetivo de compreender como ocorre o serviço de Ater nos assentamentos.

Tabela 1. Número de famílias assentadas e entrevistadas na pesquisa.

Assentamento	Ano de Criação	Município	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias entrevistadas
São João	2002	Antonina do Norte	18	11
São Paulo	2010	Antonina do Norte	08	05
Olho D' água	1996	Várzea Alegre	19	14
Baixa Grande	2009	Jati	144	17
Total				47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Incra.

Os assentamentos São João, São Paulo e Olho D'água possuem poucas famílias assentadas, desta forma a meta era realizar a aplicação do questionário com todos os assentados, porém alguns deles não se encontravam em seus lotes nos dias da pesquisa. No caso do assentamento Baixa Grande, devido ao grande número de assentados foi realizada uma amostragem que representasse a totalidade dos assentados, essa amostragem foi calculada pela fórmula $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / (N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)$, onde:

n é o tamanho da amostra que queremos calcular, cujo resultado foi de 17 famílias;

N é tamanho do universo, no nosso caso foi 144, que é o total de lotes do assentamento;

Z é o desvio do valor médio que é aceito para alcançar o nível de confiança desejado, foi usado 95%;

e é a margem de erro máximo que é admitida, no nosso caso foi usado 10%;

p = a proporção que se espera encontrar (SANTOS, 2018).

Também no caso deste assentamento, foi planejado e realizado um mapa e os entrevistados foram de diversas partes do assentamento.

Para compreender a atuação do estado no Território da Cidadania do Cariri, foram entrevistados órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/CE e Agropolos); Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território, onde fazem parte discentes e docentes da Universidade Federal do Cariri; Ong`s voltadas ao meio rural, que trabalham com a execução de políticas públicas; além de pesquisadores da área e representantes do governo do Estado, como analisado na tabela 2.

Tabela 2. Entrevistas realizadas para a compreensão do território da Cidadania do Cariri.

Instituição	Mês – Ano
NEDET/UFCA	Dezembro – 2019
Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza Rural - CODET	Fevereiro – 2019
Conselho Estadual de Desenvolvimento rural	Fevereiro – 2019
Instituto Agropolos	Dezembro – 2018
Secretaria Municipal do Crato	Fevereiro – 2019
Secretaria Municipal de Jati	Maio – 2018
Secretaria Municipal de Antonina do Norte	Maio – 2018
Secretaria Municipal de Várzea Alegre	Maio – 2018
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.	Fevereiro – 2019

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar, principalmente nos municípios de pequeno porte, representa até hoje a principal fonte de renda e de desenvolvimento, não somente no Território da Cidadania do Cariri, mas na maioria das cidades do Ceará, devido aos costumes passados por gerações na agricultura ou pela ausência de investimento em outras áreas.

A agricultura familiar, como o próprio nome sugere, engloba as atividades de base familiar na propriedade, podendo eventualmente contratar mão-de-obra. Na agricultura brasileira e cearense, a agricultura familiar é um dos meios estratégicos para o desenvolvimento rural, segundo França et al. (2009) esse segmento se apresenta como majoritário no Brasil, representa, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4 % dos estabelecimentos rurais brasileiros, ocupando área de 24,3 %, sendo responsável por 38 % do valor bruto da produção (VBP) agropecuária, sendo até hoje a principal fonte de empregos no meio rural. No Ceará, os estabelecimentos familiares representam 90,2% do total agropecuário, segundos dados do INCRA/FAO (2000), apesar desse dado ser considerado antigo, os dados não se alteraram muito no últimos tempos.

Devido às condições climáticas, desfavoráveis à produção agrícola, especialmente pela questão hídrica, a água sempre foi de extrema importância para o povo nordestino, grande parte do seu processo de colonização foi através dos rios, com o abastecimento da produção bovina, e desde então os rios nordestinos são figuras importantes devido a sua disponibilidade de água.

A região que tem como bioma predominante a caatinga e apresenta um clima semiárido sempre esteve como subdesenvolvida em relação às demais regiões brasileiras. Conforme o Instituto Nacional do Semiárido -INSA (2012), 20,4% dos municípios do Brasil estão localizados em localidades de clima Semiárido, principalmente a região Nordeste, sendo que dos 1135 municípios nordestinos, 1050 se localizam no semiárido.

Dentro desse contexto de falta de água, o aspecto político é muito

importante, pois muitos nordestinos não têm condições econômicas de comprar água e necessitam do apoio do Estado, que pode promover ações e políticas públicas para a construção de reservatórios de água, adutoras ou sistemas de abastecimento. Porém esses tipos de ações são escassas o que faz com que os cidadãos necessitem dos chamados caminhões “pipa”, doados ou vendidos para o abastecimento local.

Desde do século 19 as ações para solucionar o problema da água eram pontuais, como a criação de reservatórios e a transposição de rios, mas nos anos 1990 houve maior atenção por parte do governo federal para essa questão, promovendo programas capazes de fortalecer o abastecimento de água, como por exemplo, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Programa Cisternas nas Escolas, Programa de Manejo da Agrobiodiversidade (Sementes do Semiárido).

Nos assentamentos pesquisados, em parte do ano, período esse fora da época de chuva, os assentados necessitam comprar água para beber. No assentamento Baixa Grande no município de Jati, uma das entrevistadas relatou que cada caminhão custa R\$ 180,00 para o abastecimento, fazendo com que muitas vezes não consiga comprar devido ao preço, recorrendo às prefeituras.

Entre as conversas juntos aos assentados não foi relatada nenhuma doença em relação ao uso da água, já que CONFALONIERI (2010), afirma que grande parte das doenças do mundo estão relacionadas à água, seja com as deficiências no esgotamento sanitário e/ou na manutenção de água de boa qualidade.

Os assentamentos possuem reservatórios de água, porém esses são antigos, criados desde a época em que os assentamentos eram grandes fazendas e por meio de bem feitorias o governo realizava essas obras por questões políticas e após a criação dos assentamentos nenhuma grande obra foi realizada no assentamento relacionada ao abastecimento de água ou o saneamento rural.



Imagem 1 – Reservatório de água localizado no Assentamento Baixa Grande em Jati/CE.

Levando em consideração o atraso econômico em comparação com outras regiões do Brasil, devido às diferenças de investimentos e condições climáticas desfavoráveis, tendo em vista a importância da produção agrícola para o desenvolvimento regional, o Nordeste se tornou uma região marcada por desigualdades sociais, que até hoje, apesar do aumento em investimento na região nos últimos vinte anos, ainda são visíveis.

A questão do Nordeste é tratada desde o século XIX, por diversas comissões criadas pelo governo, sempre ressaltando a importância de maiores investimentos na região devido a diversas secas. Em diversas situações o império e os governos posteriores ajudaram em atuações pontuais a região, como por exemplo, a criação da comissão imperial que era responsável pelo desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco, porém que atuou em lentidão e não conseguiu cumprir as suas responsabilidades (DINIZ, 2009).

Após esse período o Império começa a criar comissões para se preocuparem com os problemas hídricos no Nordeste, mas principalmente nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, logo no início dos anos 1900, esse foi o ponto inicial para a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, importante órgão atuante no desenvolvimento regional, logo após isso na criação da nova constituição de 1946, ficou fixada as vinculações orçamentárias específicas para o

desenvolvimento das regiões Nordeste, resultando na criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1948 e em 1951 seria instituído o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (DINIZ, 2009).

Logo no início dos anos 60, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que é oriunda do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), essa entidade que tinha como um dos líderes Celso Furtado, importante pensador do Nordeste, muito colaborou para o desenvolvimento do Nordeste, atuando nas suas fases de desenvolvimento regional (CAMPOS, 2014).

Segundo Diniz (2010), existiram quatro fases voltadas ao desenvolvimento regional do Nordeste. A primeira fase foi formulada junto à SUDENE, foi a fase de emergência de uma leitura sistêmica, complexa e alinhada às estruturas da condição do subdesenvolvimento. Nos anos 1958 a 1964, nesse período o Nordeste era considerado subdesenvolvido devido às suas condições. Na segunda fase foi uma mudança de padrão quando os programas setoriais de infraestrutura e industrialização balizados pelo instrumento de concessão de financiamento, entre os anos 1965 a 1984, nessa fase do Nordeste, ocorrem diversas questões relacionadas ao êxodo rural, principalmente pela oportunidade de trabalho em outras localidades. a terceira fase aconteceu no período de 1985 a 2002, quando as políticas públicas tomam a frente ao esgotamento do Estado desenvolvimentista, relacionando com a agricultura, nesse período começa a surgir a necessidade de estabelecer a agricultura familiar como uma classe, segundo Manzanal e Schneider (2011, p.51): “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. Por último, a quarta fase está ligada à formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) combinada aos programas de redistribuição de renda, inclusão social e crescimento econômico, entre os anos de 2003 à 2014, segundo Carvalho (2018, p. 1) “A economia da Região Nordeste apresentou, no período de 2002 a 2015, uma expansão de suas atividades superior àquela observada na economia brasileira”.

Apesar da evolução das políticas públicas após 2014 percebeu-se um distanciamento por parte do Estado (federal) nesta região, com diminuição do orçamento.

4.1 O Nordeste a sua Cultura

O Nordeste brasileiro sempre se apresentou como uma região diferente, especialmente por possuir um bioma único, que representa quase toda a sua área, com vegetação característica, que consegue em meio às adversidades climáticas, germinar, desenvolver e frutificar. Apesar das adversidades possui uma cultura rica em história, que conforme o tempo foi entendendo que deve ser valorizada.

Com nove estados, todos com diferentes traços culturais, o Nordeste tem uma singularidade, seu povo, o sertanejo aprendeu desde cedo que mesmo com condições contrárias, deveria lutar e buscar por um futuro melhor. Muitos nordestinos saem das suas cidades em busca de melhores oportunidades em outras regiões do país, como o Sul e o Sudeste, porém o desejo de retornar é grande.

O poeta Paraibano Jessier Quirino, em poesia musicada “Saudades do Nordeste” (2007) cita o sentimento da saudade que ultrapassa os limites do migrante nordestino:

“Seu motorista, siga pro nordeste / Que eu sou cabra da peste, quero ver o meu xodó / Mas na carreira, não passe de uma centena / Ligue o rádio, puxe a antena, Sintonize num forró / Daqui pra frente são três dias de viagem / Eu já to vendo miragem / É a saudade matadeira / Sinto o balanço da minha rede amarela / Quando o carro na banguela embiloca na ladeira / Nesse balanço eu sinto cheiro de cachaça, / De rolinha com fumaça, cheiro quente de beiju / Ouço o ciscado do frango de capoeira, / Dos pinto na piadeira, / Mugido de boi-zebu”

Como na poesia, a cultura nordestina é demonstrada em seus costumes, tradições e características tão próprias. A infância do nordestino é trazida como um período de fantasia, na qual se pode voltar com o retorno à sua localidade.

O forró, a rede, o beiju, a cachaça, os pintos na piadeira, são trazidos na poesia como memórias que fazem bem, pois no seu passado aquilo representou momentos de felicidade, a saudade da sua cultura representa uma força para poder retornar. A saudade do Nordeste fica clara nas palavras de Albuquerque Junior em (1999, p. 151):

“O Nordeste foi construído como o espaço da saudade, do passado, não apenas por aqueles filhos de famílias tradicionais e seus descendentes que acabaram entrando em declínio com as transformações históricas, ocorridas neste espaço, desde o final do século passado. Ele também é o espaço da saudade para milhares de homens pobres, do campo, que foram obrigados a deixar o seu local de nascimento, suas terras, para migrar em direção ao sul, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro para onde iam em busca de empregos [...]”.

O nordestino que continua em sua localidade, na sua região, possui dentro de si grande força e tem na cultura uma ferramenta para o seu desenvolvimento. Esse nordestino que ficou na região, principalmente na zona rural, criou uma identidade de força para o manuseio da terra, fazendo com que mesmo nas piores condições consiga buscar melhores condições para ele e sua família e isso gerou uma identidade nordestina, tão tratada nas obras culturais, religiosas e sociais.

Com a ajuda das miscigenações entre europeus, índios e escravos, o Nordeste brasileiro se tornou uma região muito rica em cultura. Para Darcy Ribeiro (1995), a cultura pode ser entendida como o resultado de um processo de construção social e histórica de um povo, além disso, é qualquer expressão da sociedade, seja de qualquer origem, podendo abranger de fatores religiosos a costumes alimentares. No Nordeste a cultura está intrínseca ao seu povo e devido aos processos de formação social, muito disso foi passando despercebido sem uma interpelação, mas hoje com as informações cada vez mais presentes, é analisado que apesar das suas formações serem diferentes, as músicas, artesanatos, danças e tradições são da mesma origem e modificadas pelo povo nordestino, sem perder a sua essência.

O Nordeste foi descoberto e colonizado apenas com o objetivo específico relacionado à riqueza de quem o colonizou, porém nunca se pensou

no seu povo, que sempre esteve à margem da sociedade brasileira e do Estado, que até então não era presente. A partir dos anos de 1920, com o movimento regionalista de 1926, o Nordeste começa a ser mostrado com veracidade para todo o país, nesse período se começa a tratar sobre suas condições, como as secas no sertão e a cana de açúcar nos litorais (DANTAS, 2015). A realidade nordestina foi tratada em diversas obras literárias e musicais, com autores como Gilberto Freyre, e com a geração de romancistas: José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos.

O músico Luiz Gonzaga mostrou para o Brasil o que é o nordeste e o nordestino, em especial na sua canção “Terra, vida e esperança”, onde cita a força do povo nordestino:

“Ser sertanejo, senhor
 É fazer do fraco forte
 Carregar azar ou sorte
 Comparar vida com morte/
 É nascer nesse sertão
 A batalha está acabando
 Já vejo relampear
 Abro o curral da miséria
 E deixo a fome passar/
 O que eu sinto, meu senhor
 Não me queixo de ninguém
 O que falta aqui é chuva
 Mas eu sei que um dia vem
 Vai ter tudo de fartura
 Pra quem teve hoje que não tem”

Nos últimos cinquenta anos o governo federal começou a compreender o nordeste como ponto estratégico e é nesse período que o povo começa a se questionar da importância desta região para o país. Porém devido a construção histórica e social do nordestino, grande parte do Brasil ainda lhe vê com preconceito, pois principalmente a mídia sempre passou uma figura caricata do nordestino e não a figura batalhadora que luta por oportunidades diariamente. No meio rural o nordestino consegue produzir com pouca água e solo infértil, sempre tentando se sobressair às adversidades da região.

Albuquerque Junior (1999, p.7), citando Rachel de Queiroz, quando esta relata o preconceito e a importância da mídia na construção equivocada sobre

o nordeste, cita que “A mídia tem o olho torto quando se trata de mostrar o ‘Nordeste’, pois eles só querem miséria”. Os sertanejos, que são os nordestinos que vivem nas regiões de sertão, são os que vivem nas piores condições climáticas para o desenvolvimento da agricultura. O semiárido nordestino com a ausência de chuvas faz com que o sertanejo busque estratégias para conviver nesta região, com as tecnologias sociais e solidárias, o espírito sertanejo sempre procura ajudar e se ajudar.

O Território da Cidadania do Cariri, localizado no sul do estado do Ceará, e os seus assentamentos federais estão no meio do sertão do semiárido, região que fica localizado a 600km de sete, das nove capitais nordestinas e que em um raio de 130 km faz divisa com Piauí, Paraíba e Pernambuco. Neste contexto, o processo cultural e migratório do povo caririense é diverso, isso é devido à proximidade dos estados nordestinos, e também do processo de migração que existia durante esse século XX, devido ao turismo religioso, com a ida de diversos nordestinos a Juazeiro do Norte, para saudar o Padre Cícero, figura religiosa cearense.

Essa migração levou ao Cariri muitas atividades culturais, sociais e econômicas bastante pujantes, não só para Juazeiro, mas para todas as cidades do Território, pois com a chegada em Juazeiro, o sertanejo buscou locais próximos para morar e acabou se dirigindo também para outros municípios, miscigenando ainda mais a cultura de resistência daquele povo por meio também da fé. Isso foi muito forte para o desenvolvimento do povo caririense, pois as tradições de todos os estados nordestinos estavam presentes e junto com a cultura caririense fazem um caldeirão de atividades culturais e solidárias para abastecer o Cariri e sua agricultura.

No questionário aplicado aos assentados dos assentamentos federais verificamos que a maioria dos assentados era de origem caririense, mas já tinham passagem por diversos outros Estados. Os entrevistados citaram que realizam manejos agrícolas que viram em outras localidades e que foram incrementados à sua realidade, fazendo com que houvesse um intercâmbio de conhecimentos.

Os agricultores assentados relataram que quase sempre há a falta da representatividade do Estado, mas em paralelo a isso, grandes cooperações aconteciam, que é uma característica do povo nordestino. Isso faz lembrar, como citado anteriormente, que a ausência do Estado faz com que os agricultores criem mais união e que mesmo havendo conflitos, o respeito está presente.

A ausência do Estado nesta região, ao mesmo tempo em que cria dificuldades, gera uma força pela vontade de trabalho. Nos últimos quinze anos houve a criação de diversos programas, como o PAA, o Território da Cidadania, Cisternas, Documentação do Meio Rural, Pronera, Arca das Letras, entre outros, que contribuíam para a promoção do desenvolvimento desta região, por outro lado, a extinção desses programas pode levar ao retorno de uma situação de extrema pobreza para esta região.

4.2 Os Territórios do Ceará

No ano de 2003 aconteceu por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Território (PRONAT), programa da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, uma chamada para a criação dos primeiros Territórios Rurais e da Identidade, sendo o estado do Ceará contemplado. O PRONAT foi criado em 2003, porém apenas em 2004 foi consolidado, substituindo o "PRONAF Infra-estrutura e Serviços Municipais", segundo Ferreira (2012, p. 194):

“A proposta do Programa se baseia na promoção de debates sobre o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial, tendo no conselho gestor bipartite o principal espaço para a construção de propostas e definição das prioridades de investimento dos recursos do Programa.”

Nesse contexto uma política de governo é diferente de uma política pública ou política de estado, que costumam estar regulamentadas, é importante discorrer que o desenvolvimento territorial é uma política de governo operacionalizada por dois programas o PRONAT e o Programa Territórios da Cidadania (PTC).

No Ceará foram criados cinco territórios rurais, esses foram planejados em uma parceria entre Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Ceará (FETRAECE), que realizaram um pré-desenho, mapeando as regiões e as cidades que pudessem pertencer aos territórios, e o Governo do Estado. A Fetraece foi de extrema importância para construção dos Territórios da Cidadania, principalmente no seu primeiro mapeamento, isso aconteceu por um intenso trabalho desde 1994 quando foram criadas as regionais da Fetraece, intensificando o contato entre os agricultores familiares no interior do Ceará.

Em entrevistas realizadas com membros regionais da Fetraece, estes citaram a ligação entre agricultores e a instituição como ponto de partida para o mapeamento dos municípios pertencentes a cada Território da Cidadania, em especial do Cariri que existia combinações sociais e ambientais importantes, além das alianças e ligações entre os agricultores familiares e os aspectos culturais. Além disso, outro fator importante foi um mapeamento, dos municípios mais próximos analisando a proximidade dos municípios com as dioceses eclesiásticas, realizado pela igreja católica, no Cariri a questão religiosa é muito importante nas escolhas das cidades para o Território da Cidadania do Cariri.

O Cariri desde a sua colonização pela Casa da Torre foi induzido ao desenvolvimento pela produção agropecuária, que historicamente sempre se destacou pela sua economia rural, chegando a representar 30% do PIB do Estado do Ceará em 1930, resultado de grande produção agrícola vinculada a uma comercialização pujante junto aos visitantes da região, que vinham de todas as partes do nordeste em visitas religiosas atraídos pela figura religiosa do Padre Cicero Romão Batista. Esses visitantes conseguiram na década de 1970 iniciar um processo de globalização econômica com atividades de micro empreendedorismo, com pequenas empresas de calçados sintéticos, confecções e joias folheadas, que até hoje se perpetua pela região, principalmente em Juazeiro do Norte, maior cidade do Cariri cearense (CALLOU, 2005).

A criação do Território da Cidadania do Cariri foi cercada de diversas reuniões, que aconteceram nos municípios que compõe o território, e em Fortaleza, para finalizar o planejamento dos territórios. Essas reuniões contaram com a participação da sociedade civil, onde mais uma vez foi realizada a reformulação do desenho dos municípios pertencentes a cada território, levando em consideração não só os dados da agricultura familiar, trazidos pela Fetraece, o qual alocava regiões rurais que já trabalhavam juntas, mas questões de identidade, cultura, economia e religião que são de muita importância para o povo cearense.

Um exemplo dessa redistribuição foi no Território rural, ainda, já que hoje é da cidadania, do Cariri, onde o município de Várzea Alegre que era, a priori, do Território rural do Centro-sul e Vale do Salgado passou a ser do Território rural do Cariri, devido a maior proximidade cultural e de identidade com os caririenses. Outro exemplo foi o município de Ipú que foi alocado no Território dos Inhamuns, mas reunia características ambientais mais próximas da Serra da Ibiapaba, sendo realocado ao último território, como analisado na tabela 3, referente aos municípios pertencentes aos territórios rurais da Cidadania cearenses.

Tabela 3. Relação dos territórios rurais e da cidadania e dos municípios pertencentes a cada território.

Territórios da Cidadania	Municípios pertencentes
Cariri	Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Barbalha, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Abaiara, Araripe, Aurora, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte, Milagres, Tarrafas e Várzea Alegre.

Inhamuns Crateús	Aiuaba, Arneiroz, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipu, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá, Ararendá, Catunda, Ipueiras, Monsenhor Tabosa e Poranga.
Sertões de Canindé	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.
Sertão Central	Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole e Milhã.
Sobral	Cariré, Coreaú, Forquilha, Massapê, Moraújo, Senador Sá, Sobral, Varjota, Alcântaras, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Meruoca, Mucambo, Pacujá, Reriutaba e Santana do Acaraú.
Vales do Curu e Aracatiáçu	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.
Territórios Rurais	Municípios pertencentes
Baturité	Acarapé, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu,

	Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.
Centro Sul e Vale do Salgado	Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.
Litoral Extremo Oeste	Acaraú, Barroquinha, Bela, Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca.
Litoral Leste	Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana e Pindoretama.
Serra da Ibiapaba	Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.
Vale do Jaguaribe	Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do extinto MDA, ano 2014.

No ano de 2008 foi criado o programa Território da Cidadania, mais uma política com enfoque territorial para o desenvolvimento, sendo que alguns territórios rurais se transformaram em Territórios da Cidadania, como foi o caso do Território do Cariri, porém não houve mudanças drásticas. As políticas de desenvolvimento territorial no Estado do Ceará foram mais voltadas ao meio rural, no caso do Cariri muito se deve à criação na mesma época da região Metropolitana do Cariri, em 2009, sendo criado um acordo informal no qual as políticas de estratégias territoriais ficariam responsáveis pelo meio rural e a região metropolitana pelas áreas urbanas. Em 2009, no primeiro ano do

Território da Cidadania do Cariri, de acordo com o Portal da Cidadania, foram destinados R\$ 491.499.715,54, distribuídas em 78 ações voltadas ao desenvolvimento, recursos oriundos de diversos ministérios (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009).

Um grande problema inicial na organização e planejamento dos territórios rurais cearenses foi que na época ainda não havia uma Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo Estadual do Ceará, sendo criada pela Lei Nº. 13.875 de 07 de fevereiro de 2007 com essa estrutura e nomenclatura, mas os territórios eram coordenados pela Secretaria de Agricultura Irrigada, extinta em 2009, gerando certo desconforto, pois não era a função desta secretaria esse tipo de atuação, o que gerou certa indisposição entre governo do Estado e o Programa. Porém os problemas foram resolvidos por um pacto, conhecido como Pacto da Territorialização do Estado do Ceará, que foi coordenado pelo até então secretário de Desenvolvimento Agrário, e no ano de 2012 foi eleito governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo objetivo era dar visibilidade às políticas de desenvolvimento com enfoque territorial no Estado do Ceará (SDA, 2009).

Esse compromisso em forma de pacto também foi firmado por representantes dos movimentos sociais, órgãos de extensão rural, prefeituras municipais e diversas entidades que faziam parte do contexto do desenvolvimento rural, com o pacto foram criados diversos outros territórios no Estado do Ceará, já atendendo o também ao Programa Território da Cidadania, criando assim mais sete territórios, inclusive o da Cidadania do Cariri, em 2009, em uma parceria com o extinto Ministério do Desenvolvimento Social e a Casa Civil. Com o pacto, o Governo Estadual passou a adotar o conceito de território como “um espaço, geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais — a economia, a sociedade, o ambiente, a cultura, a política e as instituições — e onde se distinguem fatores como identidade e coesão social, cultural e territorial”.

No que se refere à sua constituição, o programa era composto por três instâncias, como analisado no quadro1:

Quadro 1: Instâncias organizacionais do Programa Território Da Cidadania

O Comitê Gestor Nacional —> Composto pelos ministérios participantes do PTC;

O Comitê de Articulação Estadual —> Compreende os órgãos federais atuantes em cada estado, órgãos estaduais representantes de cada estado e representações advindas das prefeituras de cada território;

O Colegiado Territorial —> Composto por representantes da sociedade civil e instituições públicas, inseridos de forma paritária e escolhidos em plenária.

Fonte: (BRASIL, 2009), organizado por MARTINS *et al* (2016).

Segundo Hespanhol (2010) e Leal (2011) a falta de articulação entre os atores sociais e instituições governamentais territoriais é um dos principais desgastes que causam dificuldades de bons resultados nos programas de enfoque territoriais, juntamente com isso a burocracia no acesso e os impasses jurídicos. Além disso, essa falta de diálogo também existia entre os comunicadores e os agricultores familiares como corrobora Giannella (2011) que afirma que muitas vezes a linguagem técnica, usada pelos órgãos responsáveis por compartilhar as informações, não é a ideal para o agricultor, isso muito dificulta o diálogo, segundo a mesma autora isso é reflexo também de uma falta de compromisso e da escassez de atores sociais participativos.

Cada Colegiado é coordenado por um núcleo dirigente, que é formado por representantes do poder público e da sociedade civil, como movimentos sociais e organização não governamentais (ONGs). De acordo com as entrevistas realizadas, existiam colegiados no Ceará com cerca de 130 pessoas, pois os territórios tinham muitos municípios, porém essa assiduidade foi diminuindo conforme o tempo, resultados causados pela falta de intensidade nas atividades e falta de recurso financeiros, em grande parte essa ausência aconteceu apenas por um lado, as entidades da sociedade civil ainda

permaneciam atuando, enquanto havia uma oscilação na presença do poder público.

No Cariri, o Território apresentava muitas pessoas em seu colegiado, cerca de 100 representantes no ano de 2014. De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cariri (2010, p. 289):

“O Território da Cidadania do Cariri apresenta-se rico em diversos espaços e formas de organização social e política da sociedade civil, retratado nos movimentos social-sindical e popular, fóruns temáticos ou de representação, ONGs, conselhos setoriais e municipais, comitês de mulheres e juventude e redes sociais de cooperação, entre outros. Outro elemento de diagnóstico refere-se à existência de uma esfera pública territorial, compreendida como “lócus” de visibilidade, interlocução e condução política com seus novos conteúdos de democratização social e de cultura política”.

A realidade local, cheia de complexidades não se representa pelos colégios territoriais, segundo Giannella (2010) os seus participantes são os mesmos que tradicionalmente já estão ativos naquele espaço, sem a interação de novas subjetividades e ideias, esses novos sujeitos em grande parte acham que o território da cidadania não lhes diz respeito, fazendo com que ele ainda permaneça um programa de auxílio social e apoio às comunidades tradicionais e não de desenvolvimento rural, é necessário nos colegiados do território uma vontade de mudança. Segundo a AGROPOLOS (2010) a coordenação política das plenárias fica por conta do núcleo dirigente, que é composto por membros da sociedade civil e não civil, com formação paritária, esse núcleo é eleito em plenária e no Cariri é composto por oito membros.

Os Núcleos dirigentes eram formados por instituições ou membros dos colegiados, que eram os coordenadores do colegiado e por câmaras técnicas, que eram fóruns de discussões de áreas importantes para o desenvolvimento territorial, como as ligadas a produção e gênero, onde eram discutidos os temas e explanados nas plenárias que aconteciam nos territórios. No Cariri as plenárias territoriais (que são encontros entre os núcleos dirigentes e os comitês territoriais, juntamente com a sociedade civil e não civil para tratar de temas importantes ao território na busca pelo desenvolvimento) aconteciam de

acordo com uma demanda dos próprios participantes dos colegiados, mas em muitos casos governo do Estado, organizavam essas datas de acordo com o calendário de visitas de seus secretários, isso diminuiu com o tempo e as plenárias foram ficando cada vez menos periódicas. Em grande parte dos casos os núcleos dirigentes não compreenderam bem sua função, pois ainda era complicado entender como iria ocorrer a gestão do território e como gerir o acesso às políticas públicas. Segundo Alves (2013), existia uma paridade no Colegiado do Cariri entre o poder público e a sociedade civil, como solicitado pela Resolução 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), fazendo parte da sociedade civil todas as 29 cidades ligadas ao território da Cidadania do Cariri e cada um tendo sua representatividade de fala.

Os comitês temáticos eram importantes, porém apenas o de gênero atuava perfeitamente, os outros só existiam no papel, corroborando com isso Hespanhol (2010) e Leal (2011) falam sobre a necessidade de diálogo na construção das políticas públicas e apontam a ausência de diálogo como um dos principais motivos para o seu insucesso. Os comitês temáticos, segundo a AGROPOLOS (2010), têm como principal objetivo elaborar propostas técnicas dentro do tema, além de acompanhar as atividades do Território da Cidadania do Cariri, sempre buscando o caminho do desenvolvimento e dentro dos comitês existem os núcleos técnicos, que são compostos por membros do comitê, sendo que cada um dos comitês pode indicar duas pessoas.

Apesar de no papel existir uma integração Estado e sociedade, na prática isso não foi visto, não havia uma integração, existia mais um diálogo entre Secretaria de Desenvolvimento Agrário com os núcleos dirigentes e dos núcleos com a sociedade, fazendo com que não existisse uma aproximação entre Estado e sociedade. De acordo com representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, era para acontecer uma integração de forças entre as secretarias do governo estadual e os ministérios do governo federal, a fim de dar suporte aos territórios, essa ausência prejudicava o andamento das atividades.

Para o desenvolvimento da sociedade cearense é necessário, segundo o Banco do Nordeste do Brasil (2010), construções de pactos sociais cada vez mais frequentes, pois mesmo com diversos avanços nas políticas públicas de enfoque territorial no Ceará, apenas com esse pacto o estado terá resultados positivos. Conforme Arruda (2013), apesar da implementação de várias políticas públicas de desenvolvimento territorial, com muitos acertos, o estado ainda não aparenta os efeitos desejados, o resultado disso são as desigualdades regionais. Segundo descrevem Lotta e Favareto (2013, p. 4) o PTC “passou a enfrentar sérias dificuldades naquilo que ele propunha ser inovador: em vez de uma integração de políticas, os ministérios passaram a operar sob a lógica de ofertas de recursos e linhas de intervenção já existentes”.

4.3 Os NEDET's e o NEDET/UFCA

Até o ano de 2014 foram realizados encontros entre os colegiados dos territórios que acabaram diminuindo com o tempo. Para que os Programas de enfoque territoriais conseguissem atuar de forma mais efetiva nos territórios, o governo Federal lançou a chamada pública Nº 11/2014 para a criação dos Núcleos de Extensão para o Desenvolvimento Territorial, os NEDET's, que criava um núcleo de extensão que assessoraria os Colegiados territoriais.

Nas entrevistas realizadas, verificamos que no Ceará foram enviadas quatro propostas, que foram aprovadas. As propostas foram enviadas pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Universidade do Vale do Acaraú (UVA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Canindé. Segundo Martins, Maciel e Alencar (2016) os NEDET's foram atuantes em 168 territórios do Brasil, com 101 núcleos oriundos de 101 instituições de ensino superior.

Os Nedet's não necessariamente davam suporte a apenas um território, podendo atuar em diversos outros de acordo com sua proposta, o Nedet/UVA por exemplo atende quatro territórios que são Litoral Extremo Oeste; Serra da Ibiapaba; Sobral e Vales do Curu/Aracatiaçu. A chamada pública para criação

dos Nedet's eram para a atuação nos anos de 2014-2016, podendo ser renovados conforme as necessidades de cada Território, até que os seus colegiados consigam atuar sozinhos de forma concreta, como informado por meio de entrevistas com membros do NEDET/UFCA.

Apesar da proposta ter sido enviada em 2013 e aprovada em 2014, apenas em agosto de 2015 foi montada a equipe de assessores do NEDET/UFCA, isso foi causado por dificuldades nos repasses financeiros do projeto, a equipe era formada por um Assessor Técnico de cada câmara fixa: Inclusão Produtiva, Gestão Social e Gênero, um coordenador de núcleo e um bolsista de graduação (MARTINS *et al*, 2016).

Além Território da Cidadania do Cariri, o Nedet da UFCA era responsável pelo Território da Cidadania do Centro Sul e Vale do Salgado, atendendo um raio de 170 km, entre duas regiões importantes no Estado do Ceará. Quando houve a criação do Nedet ocorreu uma apropriação por parte do colegiado, onde aconteceu uma requalificação dos mesmos, porém no Cariri, a sociedade começou a ver o Nedet como principal operador dos programas, fazendo com que acontecesse uma sobrecarga para o núcleo de extensão.

Durante os anos de 2014-2016 o NEDET UFCA realizou diversas atividades importantes para a gestão territorial do Cariri e Centro-sul/Vale do Salgado, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4. Atividades realizadas pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania do Cariri e do Território Rural do Centro-sul e Vale do Salgado.

Ano	Atividade
2013	Pesquisadores pertencentes ao Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPTTE) da Universidade Federal do Cariri submeteram uma proposta multiterritorial (Cariri e Centro-Sul e Vale do Salgado) de implantação dos NEDET.
2015	Formação da equipe oficial de assessores do Cariri, composta por uma ATGS, um ATIP, uma ATGE, uma coordenadora de núcleo e uma bolsista de graduação.

2015	Processo de recomposição dos Territórios, levando em conta um hiato de mais de três anos sem desenvolvimento de plenárias territoriais deliberativas ou atividades dos comitês temáticos, o que gerou total desmobilização dos entes colegiados.
2015/2017	Visitas Técnicas (Assessoria de Gestão Social)
2015/2017	Realização de oito Plenárias no Território da Cidadania do Cariri
	Reuniões com os Núcleos Dirigentes de Cada Território tendo em vista o apoio o fortalecimento dos núcleos
2015	Organização da CNATER etapa territorial do Cariri que aconteceu no dia 1º de Dezembro de 2015
2016	Participação, junto a toda equipe, dos Encontros Estaduais e Nacionais dos NEDETs
2015	Consultoria do Processo de Requalificação do PTDS
2017	Organização do Seminário Políticas Públicas para Territórios: O evento, sob o título “SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TERRITÓRIOS” ocorreu entre os dias 11 e 13 de abril de 2017
2015/2017	Monitoramento e alimentação das redes sociais
2016	Acompanhamento e divulgação dos editais do PROINF
2015	Participação em eventos relacionados ao Garantia Safra
2015/2017	Acompanhamento das Feiras da Agricultura Familiar no Território da Cidadania do Cariri
2016/2017	Processo de Recomposição do Comitê de Mulheres do Território da Cidadania do Cariri
2015	Aplicação do questionário Índice de Gestão Social

Fonte: Formulado pelo autor a partir de dados do relatório do NEDET Cariri/Centro – sul.

No Cariri existiam três câmaras técnicas fixas, que eram relacionadas à gestão social, à inclusão produtiva e à gênero, sendo a última a mais atuante, realizando uma agenda semestral com a participação de movimentos sociais e com diversos grupos ligados a mulheres. O protagonismo feminino esteve muitas vezes na pauta do Núcleo de Desenvolvimento em Extensão Territorial (NEDET), que tem realizado ações para o seu fortalecimento com atuações

voltadas ao protagonismo feminino, economia solidária, convivência com o semiárido e sustentabilidade (MARTINS *et al*, 2016).

Em entrevista realizada com membros do NEDET/UFCA ficou claro que a agenda do Território era organizada também de acordo com uma agenda política estadual, junto à coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, isso resultou em certos atrasos de plenárias e encontros que foram realocados para outras datas para a participação de gestores ligados ao Governo, esses encontros eram cheios de líderes políticos e representações de órgãos ligados ao estado, porém existia a ausência dos mesmos em reuniões normais, mas não menos importantes. As assessorias técnicas também eram importantes no processo de desenvolvimento dos territórios junto aos Nedet's e essa atuação ia muito além das suas funções na sociedade, muitas pesquisas eram realizadas e publicadas sobre o Território da Cidadania do Cariri na época. De acordo com a ex - assessora de gênero Mônica Martins do NEDET/UFCA, “a ideia era linda no papel, mas a execução era complicada”.

Nos anos de 2014 a 2016 com a assessoria do Nedet UFCA o Território da Cidadania do Cariri teve certa melhoria, aumentando o número de participantes em plenárias, cerca de 50 instituições em cada plenária. Existiam no NEDET/UFCA duas equipes, uma direcionada para o Cariri e outra para Centro-Sul/Vale do Salgado, sendo a equipe do Cariri a maior, devido a maior quantidade dos municípios, e realizando uma ajuda a equipe do Centro-sul/Vale do Salgado de acordo com a demanda e realização de atividades, essas equipes atuavam também na inserção de políticas públicas nos Territórios, como: programas voltados a aquisição de alimentos oriundo da agricultura familiar - o Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar; os Programas de Infraestrutura – o Projeto para o Fortalecimento, Dinamização, Estruturação (PROINF); políticas voltadas à Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER; políticas voltadas à mulher rural - PRONAF Mulher, Quintais de Gênero e Ater Mulher; e as políticas voltadas à juventude - PRONAF Jovem.

No Cariri, devido ao tamanho do Território, onde pertencem 29 municípios, existia uma descentralização do território, que eram divididos em três: Cariri Central, Cariri Leste e Cariri Oeste, fazendo com que o acesso às informações fossem mais democráticas e “chegassem” mais rapidamente à sociedade. O NEDET/UFCA não conseguiu auxiliar na presença de assentamentos federais e estaduais nos colegiados e câmaras do Cariri, apenas no Assentamento 10 de Abril que está localizado no município do Crato participava. Nas plenárias do colegiado do Território da Cidadania do Cariri não existia a participação das comunidades tradicionais, que são importantes nos reconhecimentos culturais e para os saberes locais do território.

Em 2016, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aconteceu a descontinuidade dos Nedets, no mês de dezembro, e conseqüentemente, em 2017 dos programas com enfoques territoriais no Ceará e no Cariri, o NEDET UFCA ainda conseguiu uma prorrogação, sem recursos até maio de 2017, após isso se tornando dentro da Universidade Federal do Cariri um programa de extensão, que só atuaria com demandas oriundas da sociedade. A UFCA não realizou uma ação que aconteceu em algumas Universidades Brasileiras que seria a institucionalização dos Nedet's. Em entrevista com os membros do Nedet UFCA em 2018, membros esses que fizeram parte do núcleo em 2018 e ainda participantes antigos como Monica Martins, ex-assessora territorial, e o professor Ives Romero, tutor do Núcleo na Universidade, foi colocado por eles ausência de apoio por parte do poder público para a continuação dos trabalhos, tendo em vista que os processos estavam em melhorias nos colegiados.

Atualmente há poucas informações sobre os NEDET's, os sites foram retirados do ar, tanto os territoriais, quanto o portal nacional dos Nedet's, em outros casos os sites desde 2015 foram desatualizados, evidenciando uma política que está em decadência nos Territórios, conseqüentemente no Ceará e no Cariri.

Em entrevista com os membros do NEDET da Universidade Federal do Cariri foi verificado que o núcleo não atua nos assentamentos federais do Cariri, citam que o território tem grande extensão e não conseguem atuar

nesses assentamentos, devido a distância e logística, e também por que atuam junto a à agricultura familiar caririense.

4.4 O PNAE no Território da Cidadania do Cariri

A Lei 11.947/2009, que rege o PNAE, determina o limite mínimo de 30% do valor repassado pelo FNDE aos Estados, municípios e Distrito Federal para aquisição de produtos de gênero alimentício da agricultura familiar. Em 2014, onze dos vinte nove municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Cariri, atingiram e/ou ultrapassaram o limite estabelecido; em 2015 aumentaram para quatorze municípios e se manteve desta forma em 2016, de acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O panorama geral pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5. Porcentagem de compra de produtos da agricultura familiar nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, Ceará, Brasil.

Município	Porcentagem de compra de produtos da agricultura familiar		
	2014	2015	2016
Abaiara	30%	34%	31%
Altaneira	28%	31%	36%
Antonina do Norte	18%	27%	21%
Araripe	23%	5%	1%
Assaré	40%	41%	23%
Aurora	24%	23%	25%
Barbalha	20%	27%	13%
Barro	30%	22%	23%
Brejo Santo	29%	26%	25%
Campos Sales	9%	13%	23%
Caririaçu	18%	11%	12%
Crato	31%	34%	30%
Farias Brito	51%	43%	47%
Granjeiro	0%	0%	0%

Jardim	17%	14%	17%
Jati	21%	31%	31%
Juazeiro do Norte	47%	50%	32%
Lavras da Mangabeira	63%	60%	51%
Mauriti	0%	34%	32%
Milagres	16%	29%	30%
Missão Velha	18%	30%	32%
Nova Olinda	28%	31%	32%
Penaforte	27%	21%	24%
Porteiras	38%	39%	38%
Potengi	27%	29%	26%
Salitre	57%	48%	62%
Santana do Cariri	0%	33%	46%
Tarrafas	31%	0%	27%
Várzea Alegre	40%	20%	18%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do FNDE, ano 2019.

Apenas sete municípios atuaram cumprindo o estabelecido pela lei do PNAE no período de 2014-2016, destes, cinco municípios são de pequeno porte com população em torno de vinte mil habitantes. Vale ressaltar que os municípios com mais habitantes do Território da Cidadania do Cariri, Juazeiro do Norte e Crato, conseguiram cumprir o mínimo estabelecido pela Lei 11.947/2009.

Através de consultas junto às Secretarias de Agricultura dos dois municípios, os resultados se devem às alterações das secretarias e agricultores em sua organização nos últimos anos, pois esse cenário não se refletiu em períodos anteriores. Dentre as estratégias adotadas, verificamos a criação de apresentação e planejamento do programa, individualizando cada produtor que já estava cadastrado junto a agricultores familiares gerando um diálogo e aproximando-os das secretarias. As ações contaram com a parceria das secretarias de educação dos respectivos municípios.

No Território da Cidadania do Cariri a organização para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar é realizada pelas Secretarias Municipais de Educação, porém o auxílio técnico provém das Secretarias de Agricultura e EMATER/CE e, em determinados casos, de Organizações não Governamentais e das Universidades.

O município de Salitre, que está entre os sete que tiveram atuação durante os três anos comprando 30% ou mais alimentos da agricultura familiar, é o que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Ceará. Para Andersen (2004), os indicadores sociais são indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação de políticas públicas, sejam elas programas de qualificação da mão-de-obra, projetos de expansão da infraestrutura urbana ou ações focalizadas de distribuição de alimentos ou garantia de renda mínima. Mesmo com a importância dada a um índice como o IDH, é interessante notar que no caso de um município adotar ou não a prática de comprar a produção da agricultura familiar pode se dar por outros fatores, como o político, já que este município, mesmo com o IDH baixo, cumpriu a meta de 30% em todos os anos.

De acordo com a Secretaria de Educação deste município, a atuação de associações e a assistência técnica prestada fizeram com que o município, apesar de ter um dos menores IDH do Estado, conseguisse esse fato. Não obstante, esse cenário pode justificar a relevância do PNAE para o município, justificado pelos resultados obtidos, e por conta desse IDH baixo, a comercialização junto a esse programa apresenta relevância e uma necessidade muito maior do que em outros municípios do território em questão. Outro fator que pode ser considerado é que pelo fato de Salitre ser um município de pequeno porte, o número de alunos matriculados é baixo, conseqüentemente, também é pequeno o valor mínimo para se atingir os 30%.

O IDH pode não ser suficiente para explicar este dado, visto que o município de Granjeiro foi o único do Território que não adquiriu alimentos da agricultura familiar durante o período de 2013 a 2015. Este município possui IDH semelhante ao de Salitre. Granjeiro é um município que apresenta o menor número de habitantes do Território de Cidadania do Cariri, tendo uma

população de 4.629 habitantes, com 3.259 habitantes residentes na zona rural (IBGE, 2010).

Em visita à Secretaria de Educação do município de Granjeiro nos foi relatado, pela responsável pelo PNAE, que houve muitos anos de seca e este fato fez com que alguns agricultores deixassem suas propriedades, indo para a cidade ou para o município de Juazeiro do Norte, maior do Território da Cidadania, ou simplesmente produzissem apenas para a subsistência. As taxas anuais de evaporação superiores aos níveis de pluviosidade, juntamente com as irregularidades do período de chuvas e a baixa capacidade de retenção de água na maioria dos solos, colaboram para que o problema da seca na região do semiárido seja permanente (JACOMINE, 1996).

Nos municípios pesquisados que possuem assentamento federais, Antonina do Norte, Jati e Várzea Alegre, vemos que durante os três anos de análise, Antonina não cumpriu a Lei do PNAE em nenhum dos anos; Várzea cumpriu apenas no ano de 2014, enquanto Jati cumpriu nos dois últimos anos. Em entrevistas com os produtores familiares dos três municípios percebemos uma descrença em relação ao programa, principalmente em função do pagamento e da burocracia para participar, eles citam que por se tratar de algo governamental não existe uma confiança na relação entre agricultores e prefeitura e acham que a qualquer momento as prefeituras municipais, através das suas secretarias vão suspender o pagamento, impossibilitando a obtenção da renda pelo agricultor.

O número de DAPs ativas do município de Salitre é de 4.104, equivalente a aproximadamente 69% das DAP's existentes, enquanto que o município de Granjeiro possui 819 DAPs ativas, equivalente a aproximadamente 50% das DAP's existentes (Tabela 6). Ainda que o município de Salitre tenha uma população maior (15.453 pessoas segundo o último Censo Demográfico), a maior quantidade de DAPs ativas pode indicar maior organização da agricultura familiar e maior acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, o que poderia trazer mais adesão ao PNAE. A falta de DAPs e documentação em situação regular, assim como pouca organização

dos agricultores em cooperativas ou associações é uma dificuldade encontrada para o acesso ao PNAE. (ESQUERDO; BERGAMASCO; ANDRADE, 2013).

Tabela 6. Número de DAP's Ativas, inativas e totais de DAP's nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, Ceará, Brasil, 2019.

Município	DAP's ativas	Percentual de DAP's Ativas	DAP's inativas	DAP's Totais
Abaiara	976	50.86%	943	1919
Altaneira	800	50.79%	775	1575
Antonina do Norte	571	45.25%	691	1262
Araripe	1801	44.25%	2269	4070
Assaré	2213	44.85%	2721	4934
Aurora	2730	49.12%	2828	5558
Barbalha	1383	30.40%	3167	4550
Barro	1602	41.60%	2249	3851
Brejo Santo	2900	38.72%	4589	7489
Campos Sales	2742	62.88%	1619	4361
Caririaçu	1993	42.77%	2667	4660
Crato	2744	43.74%	3530	6274
Farias Brito	1801	36.30%	3161	4962
Granjeiro	819	50.15%	814	1633
Jardim	3363	57.83%	2452	5815
Jati	1419	52.77%	1270	2689
Juazeiro do Norte	1170	46.17%	1364	2534
Lavras da Mangabeira	4091	53.66%	3533	7624
Mauriti	3965	30.47%	9048	13013
Milagres	1557	24.54%	4787	6344
Missão Velha	4321	55.00%	3535	7856
Nova Olinda	1187	51.92%	1099	2286
Penaforte	1252	57.25%	935	2187
Porteiras	2169	56.00%	1704	3873

Potengi	1229	59.40%	840	2069
Salitre	4104	69.65%	1788	5892
Santana do Cariri	1821	50.07%	1816	3637
Tarrafas	1175	45.77%	1392	2567
Várzea Alegre	3290	40.02%	4931	8221

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) em 2019.

No entanto, dos setes municípios que atingiram a meta durante os três anos, os municípios de Crato, Farias Brito e Juazeiro do Norte em termos percentuais não possuem nem a metade das DAP's existentes em situação ativa. Dos demais municípios, dez (Altaneira, Campos Sales, Granjeiro, Jardim, Jati, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Potengi e Santana do Cariri) possuem pelo menos a metade das DAP's em situação ativa e não atingiram as metas no período estudado e, destes dez, quatro municípios (Campos Sales, Jardim, Penaforte e Potengi) não atingiram a meta em nenhum dos três anos. Desta forma, a quantidade de DAP's ativas pode representar maior acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, porém não se torna determinante para o acesso ao PNAE.

Um princípio básico do Programa Territórios da Cidadania é o de reconhecer o papel dos pequenos negócios na economia local (SEBRAE, 2014). Para que isso ocorra, é necessário que exista vontade política para implementar ações nesse sentido, o que também é o caso do PNAE, visto que a implementação assim como todas as outras fases envolvem atuação da administração federal, estadual e municipal. Porém, nas ações que envolvem a proximidade com os agricultores familiares, a prefeitura tem um papel essencial, especialmente no que se refere ao diagnóstico e acompanhamento, devendo o poder público municipal visualizar a agricultura familiar de forma ampla, como geradora de gerar renda e desenvolvimento para o município, incentivando-os a participarem do PNAE.

Muitas ações são necessárias para possibilitar o acesso ao PNAE pelos agricultores familiares do Território do Cariri. As prefeituras passaram por processos intensos de adaptação, como o entendimento para organizarem as

chamadas públicas, o que inicialmente justificou o não cumprimento da porcentagem mínima determinada pela lei. As prefeituras eram acostumadas a lidar com processos de licitação, que muitas vezes eram os atravessadores (grandes vendedores que compram da agricultura familiar por preços menores e os revendem por preços maiores e em grandes quantidades) os responsáveis pelo fornecimento dos alimentos para a merenda escolar, e não com chamadas públicas diretamente com a agricultura familiar, a qual traz especificidades na aquisição dos produtos. Trabalhar com agricultores familiares prevê o conhecimento do que é produzido no município, pensar na logística da entrega, quantidade dos produtos, capacitação e apoio para padronização dos produtos e regularização das cooperativas, o que gera toda uma dinâmica diferenciada e que, caso não tenham agentes públicos empenhados em “fazer acontecer”, haverá muitos obstáculos para sua efetivação (ESQUERDO; BERGAMASCO; ANDRADE, 2013).

A obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar foi um reconhecimento da importância familiar deste público, mas não veio vinculada a uma forma de cobrança do governo federal, devido a não existir sanções para o não cumprimento (SANTOS, 2016), fazendo com que muitas prefeituras não deem importância à lei, preferindo outras formas de compra de alimentos, como as licitações convencionais. Por outro lado, também existe um desânimo por parte dos agricultores, que ainda não estão organizados em cooperativas (ESQUERDO; BERGAMASCO; ANDRADE, 2013), ou encontram outras dificuldades, como deficiência na logística para entregar os produtos, pouca assistência técnica, dificuldade de produção, devido a prefeitura pedir alimentos que não produzem, deficiência no diálogo entre os atores envolvidos entre outras (SILVA et al, 2013), o que pode ser fator de menor adesão ao PNAE.

Esquerdo, Bergamasco e Andrade (2013) também notaram um aumento gradativo na adesão do PNAE e apontam a vontade política como determinante para a participação da agricultura familiar, como os bons resultados obtidos pelas prefeituras que investiram em apoio à organização dos agricultores em cooperativas. Ferigollo et al (2017), apontaram o fator organizativo como

essencial para a boa implementação do PNAE, sendo que mais de 70% dos municípios selecionados em seu estudo alcançaram a meta de 30% do PNAE para a agricultura familiar, com cerca de 40% dos municípios ultrapassando essa meta, em um universo de 52 municípios no estado do Rio Grande do Sul.

Por se tratarem de programas de políticas públicas, a questão política é muito importante para a concretização dos objetivos do PNAE em relação à agricultura familiar e do Programa Territórios da Cidadania, desta forma com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, suas ações passaram a serem executadas por uma Secretaria Especial dentro da Casa Civil e atualmente esta secretaria está localizada no Ministério da Agricultura. Os dados aqui apresentados permitem discutir e apontar algumas possíveis causas, principalmente relacionar o PNAE dentro de um Território da Cidadania. É preciso destacar que este território possui significativa população rural, sendo o PNAE, um potencial mercado para a agricultura familiar. Se o objetivo do Programa Territórios da Cidadania é estimular o desenvolvimento dos pequenos negócios, a promoção da comercialização dos produtos da agricultura familiar é essencial. O PNAE é um canal de comercialização seguro e que também tem o papel de desenvolvimento local, levando alimentação de boa qualidade para estudantes da rede pública de ensino.

O IDH dos municípios parece não ser por si só uma resposta aos números encontrados, mas considerando que um município com menor IDH esteve entre os que melhor cumpriram a meta, este índice pode indicar que era um município que mais necessitava deste programa de política pública, aderindo melhor, bem como a vontade política de agentes públicos de colocar em prática tanto o PNAE quanto o Programa Territórios da Cidadania. É necessário que as prefeituras enxerguem na agricultura familiar uma maneira de gerar desenvolvimento local e de ampliar pequenos negócios, visto que se essas famílias puderem produzir e comercializar gerarão renda e tributos para os municípios (ESQUERDO; BERGAMASCO; ANDRADE, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar procura fortalecer a agricultura familiar local, quando há dificuldades da aquisição dos produtos da agricultura familiar no município, a compra pode ocorrer entre os agricultores

familiares da região ou de outras regiões do país. Dentre suas vertentes, o PNAE deve incentivar a produção diversificada de alimentos, comercializando produtos preferencialmente em âmbitos locais, apoiando com isso o desenvolvimento sustentável. (BRASIL/FNDE, 2006).

4.5 O Programa de Aquisição de Alimentos no estado do Ceará

No ano de 2003 o Brasil começa efetivamente a avançar em assuntos relacionados às políticas públicas e soberania alimentar e nutricional, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos importante instrumento, que junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atuam no enfoque da proteção social no país, principalmente quando estamos falando em questões voltadas a fome.

Os programas de fomento a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estiveram em pauta no período 2003 a 2018, podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, Programa Bolsa Família, Programa Cisternas, entre outros, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionado “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2017). Várias pesquisas científicas têm estudado a importância do Programa de Aquisição de Alimentos, desenvolvendo análises sobre a sua relação com a agricultura familiar e a segurança alimentar (SCHMITT, 2005; DELGADO, 2005; MATTEI, 2007; MULLER, 2009).

O montante dos recursos oriundo da SEAD e do Ministério da Cidadania repassados à Conab para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos são distribuídos em seis modalidades são: Compra com Doação Simultânea (CDS), Aquisição de Sementes, Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), PPA – Leite, Compra Institucional e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), e que juntamente recursos

que envolvem a operacionalização do Programa, e as despesas com impostos, totalizaram o repasse que somente no ano de 2017 foi de R\$ 124.708.501,88 em todo território Nacional (CONAB, 2018).

Quando falamos em Programa de Aquisição de Alimentos vemos pelos recursos orçamentários, oriundos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), criado depois da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e da Secretaria do Desenvolvimento Social (MDS), órgão criado depois da extinção do Ministério do Desenvolvimento Social, que foi transformado em Ministério da Cidadania em 2019, que para a aquisição dos produtos durante os 14 anos, entre 2003 a 2017, de programa já foram investidos R\$ 3.957.094.022, sendo R\$ 1.210.177.548 somente no Nordeste, como analisados na tabela 7 (CONAB, 2018).

Tabela 7. Evolução dos recursos financeiros aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017 (SEAD e MDS).

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124

2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
TOTAL	270.610.181	1.210.177.548	361.251.143	915.285.968	1.199.769.182	3.957.094.022

Fonte: CONAB (2018).

Quando analisamos os recursos financeiros para aquisição de produtos entre os anos 2003 a 2017, vemos uma evolução geral nos valores dos recursos entre os anos 2003 a 2012 e um decréscimo a partir de 2012. Entre os anos de 2010 e 2012, quando esse valor atingiu o máximo (IPEA, 2015). Existe enorme crescimento nos recursos financeiros aplicados em entre os anos de 2010 e 2012, isto está relacionado ao lançamento do programa Brasil Sem Miséria em 2010 pelo governo Federal, com o aumento do valor dos investimentos em políticas públicas (IPEA, 2015).

O decréscimo a partir de 2012 está relacionado com diversos fatores, segundo Souza (2018), como a deflagração da operação da Polícia Federal Brasileira conhecida como “Agrofantasma”, que investigou supostas irregularidades nas operações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e também por atrasos nos pagamentos aos agricultores familiares. Segundo o IPEA (2015) a operação dificultou o programa no ano de 2013, principalmente a sua execução e implicou em mudanças nos seus procedimentos operacionais.

Esse dado também fica aparente quando nos referimos ao estado do Ceará, que em 2012 recebeu um montante de R\$ 5.059.995,26 e no ano seguinte, em 2013, recebeu de recursos um pouco mais da metade de 2012, um valor de R\$ 2.836.794,09 (SDA, 2018).

Um ponto importante para a diminuição dos recursos repassados a agricultura familiar são as condições climática dos últimos anos, o Nordeste,

por exemplo, está há sete anos com dados pluviométricos abaixo da média, fazendo com que exista uma diminuição da compra por haver diminuição na produção.

Nos últimos dois anos, os valores para os recursos foram ainda mais diminuídos, causado por uma crise política do país, fazendo com que os recursos de 2017 fossem os menores repassados desde 2005, além disso o número de profissionais atuantes no PAA em 2017 foi menor que o seu quadro inicial, ainda no ano de 2003 (HESPANHOL et al., 2013). Segundo Paula *et al* (2017), três grandes fatores fazem com que diminuíssem o número de pessoas atuantes no PAA entre os últimos 5 anos; primeiro, um enorme ataque de setores do agronegócio, pois o programa gera renda ao agricultor familiar sem a necessidade de endividamento e sem a sua subordinação ao sistema de commodities, o tornando independente; o segundo grande problema está relacionado à dificuldade de gestão, dificultado pelo descompromisso dos municípios e estados na operacionalização do programa; e o terceiro fator para diminuição do programa foram os grandes cortes ocorridos, sinalizando desestruturação e conseqüentemente extinção do Programa de Aquisição de Alimentos.

As regiões que menos recebem repasse são o Norte e o Centro-Oeste. Para a região norte as dificuldades estão principalmente ao escoamento da produção, por suas enormes áreas territoriais, fazendo com que poucos agricultores familiares queiram participar do programa, enquanto na Centro-Oeste as suas áreas agricultáveis estão direcionadas para produtos do agronegócio, de acordo com Paula (2014) as características da agricultura da região são voltadas a grandes áreas e monocultura, principalmente soja, milho e a pecuária.

A região Nordeste, foi dentre as cinco regiões do país, a que recebeu maiores valores repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário durante os anos, hoje Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo, vinculada ao Ministério da Agricultura, e pelo Ministério da Cidadania, porém nada tão destoante de Sudeste e Sul. Segundo Teixeira (2016), o sul esteve à frente nos repasses de recursos até 2015, porém a mudança no ranking está

relacionada ao cumprimento das diretrizes do programa organizadas pelo governo que diz que regiões com menores rendas, como é o caso do Nordeste, deve ser priorizada.

De acordo com dados da Conab, no ano de 2017, os estados do Nordeste que mais receberam recursos em todas as modalidades no ano de 2017 foram a Bahia, Alagoas e Pernambuco, e os que menos receberam foram Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí. O Estado do Ceará ocupou a 5ª posição de ranking, com o investimento de R\$ 5.632.514,80 em 2017.

No Ceará a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos está configurado em duas modalidades, a compra com doação simultânea e o PAA – Leite, com vínculo muito ativo entre agricultores familiares, podendo ser individual ou em coletivo, por meio de cooperativas, além disso, no estado do Ceará foi regulamentada a Política de Aquisição de Alimentos. Um programa estadual criado a partir de uma demanda de agricultores que pela diminuição dos recursos federais, junto ao governo do Estado, foi proposto uma lei capaz de realizar o Programa de Aquisição de Alimentos com verbas do Governo Estadual.

4.5.1 O Ceará na Compra de Doação Simultânea e PAA Leite

Na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação simultânea, os alimentos comprados são oriundos da agricultura familiar, ser realizada de modo individual ou de modo coletivo, por meio de associações ou cooperativas. Os produtos são doados a instituições de caráter social, como creches, hospitais públicos, Centros de Referências de Assistência Social e outros aparelhos sociais. A modalidade atua em duas frentes: a compra do agricultor familiar e a destinação as entidades da rede socioassistenciais, as duas frentes atuando no fortalecimento das pessoas com a segurança alimentar e a valorização da agricultura familiar (BRASIL, 2014).

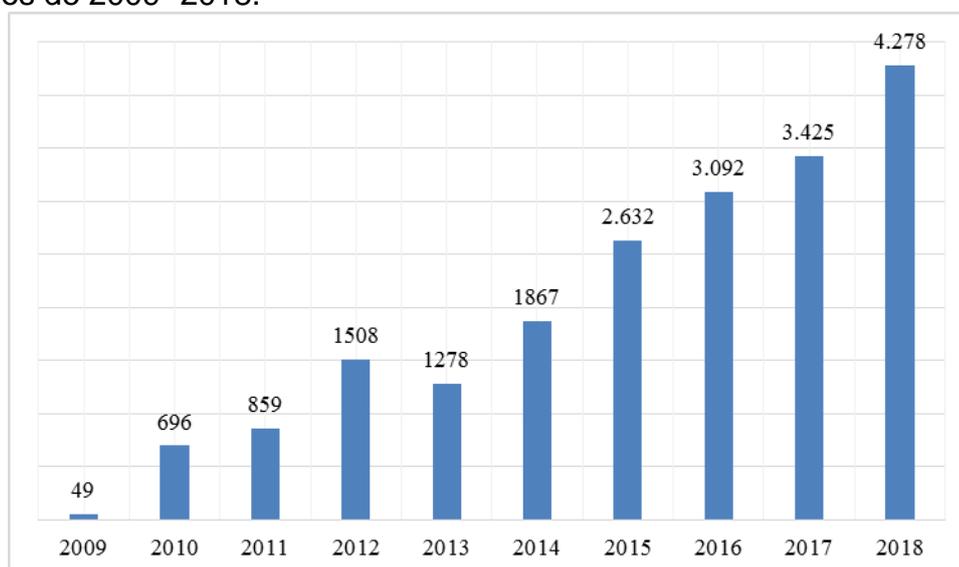
A participação no programa está vinculada a inscrição do produtor familiar no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP para pessoa física, ou por meio associações/ cooperativas constituída como pessoa

jurídica que possuam Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica. Existe alguns nichos que são prioridades para a venda como mulheres, beneficiários do bolsa família e de outros programas federais sociais, indígenas, quilombolas assentados e demais comunidades tradicionais (MANUAL, 2014).

No Ceará a modalidade Compra com doação simultânea se inicia no ano de 2009, ainda era uma novidade para os agricultores familiares e devido a um ausência de comunicação entre a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, secretarias municipais de Agricultura e agricultores familiares, apenas quatro municípios cearenses participaram no ano de 2009 desta modalidade, sendo eles Umirim, Tauá, Aiuaba e Arneiros, sendo o primeiro no Território do Litoral Oeste e Vale do Curu e os outros três no Território Sertão dos Inhamuns.

No Cariri os primeiros municípios a participarem da modalidade CDS foram os municípios de Aurora e Mauriti, somente no ano de 2010. Esse ano representa um marco para o Território da Cidadania do Cariri, pois com a adesão desses municípios ao programa, o desenvolvimento local ficou em evidência. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Estadual do Ceará, em 2019, 19.684 agricultores familiares participaram da modalidade do PAA entre os anos de 2009 a 2018 (Figura 3).

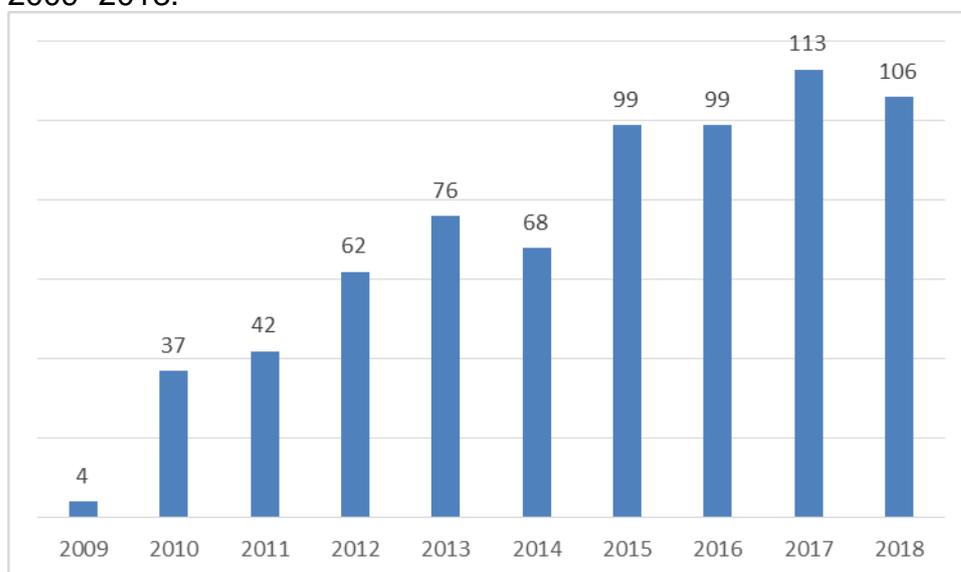
Figura 3. Evolução da participação de agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea entre os anos de 2009 -2018.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará.

Analisando a figura é percebida a grande expansão de agricultores familiares que atuaram no programa e que apenas entre os anos de 2012 a 2013 houve um decréscimo no número de agricultores, retomado em 2014, com número superior, inclusive, ao de 2012. Quando comparamos com o número de municípios atendidos (Figura 4), vemos que mesmo com os dados crescentes dos números de agricultores familiares, existe uma alternância no número de municípios que participaram do PAA – CDS entre os anos de 2009 a 2018.

Figura 4. Número de municípios que atuaram no Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea entre os anos de 2009 -2018.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará.

Analisando a figura 4, verifica-se que houve uma crescente nos números dos municípios, principalmente nos primeiros anos, entre 2009 e 2013, resultado de um programa de divulgação da política pública, além disso, de aumento no envio dos recursos, fazendo com que o Ceará tivesse mais atuação, já que dos seus 184 municípios em 2017, 113 participaram ativamente do programa. Segundo Mattei (2007, p. 5), “os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores [...]”. Desta forma, busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar”.

Fazendo uma análise do Território da Cidadania do Cariri no Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra com Doação simultânea, dos 29 municípios, 24 participaram do programa ao longo dos nove anos de execução, entre 2009 a 2010. Os municípios de Juazeiro do Norte, Missão Velha, Santana do Cariri, Abaiara e Lavras da Mangabeira nunca atuaram nessa modalidade do PAA. A operacionalização ainda apresenta algumas falhas de acordo com Cordeiro (2007), muito pela burocracia exigida pelo programa, atrasos na aprovação das propostas e falta de assistência técnica capaz de orientar os produtores e beneficiários como participar da modalidade. A falta de assistência é um fator limitante para o desenvolvimento rural, se essa assistência fosse parte da estrutura do PAA, as condições de organização dos agricultores familiares seriam positivamente facilitadas (GRISA et al, 2012).

Em conversa com a coordenadora do programa na Secretaria Municipal de Agricultura no município do Crato, esta cita que:

“O programa é muito importante para o município e mesmo com um preço fixo, consegue fornecer desenvolvimento os agricultores, certo que temos falhas que podem ser corrigidas, mas é de grande importância esse programa”.

Outra modalidade no PAA de grande importância para o estado do Ceará é a modalidade Incentivo à produção de Leite, modalidade que é executada no semiárido brasileiro.

O PAA na modalidade PAA Leite apenas acontece nos nove estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe) e o norte do estado de Minas Gerais, essa região é conhecida como semiárido brasileiro e tem característica singular ao nordeste.

O produtor de leite sempre foi resistente quanto a esse produto no semiárido, especialmente em função das condições climáticas tornando o processo de produção do leite mais caro. No PAA leite o produtor beneficiado deve ter em média produções diárias menores que 50 litros, no ano de implantação, em 2004, 96% dos produtores do Nordeste atendiam a esse requisito.

Para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade leite no Ceará estão envolvidas: a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) unida com a Secretaria de Saúde, Associação de Prefeituras do Estado do Ceará (APRECE), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMARTECE), CONSEA, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (FETRAECE), prefeituras municipais e suas secretarias. (SDA, 2010).

No estado do Ceará essa modalidade foi inserida em 2004, em regiões com históricos voltados a bovinocultura e caprinocultura, sendo beneficiados 81 municípios. Segundo dados do IPECE (2018) a região do Vale do Jaguaribe é a maior produtora de leite do estado, com uma presente evolução entre os anos de 2006 e 2016. O sertão Central região localizado no meio do estado fica em segundo lugar, enquanto as regiões do Cariri, Litoral Leste, Sertão dos Crateús e Grande Fortaleza, apresentam produções semelhantes com aproximadamente 40 e 50 milhões de litros de leite por ano, agregando um terceiro bloco no quadro de maiores produções de leite no Ceará. Com uma produção de 15 e 28 milhões de litros de leite por ano fica um quarto bloco de regiões produtivas com as regiões de Sertão Canindé, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Litoral Oeste, com produção entre 15 e 28 milhões de litros de leite por ano, e para finalizar as regiões que menos produzem leite no estado do Ceará são as regiões do Litoral Leste, Litoral Norte, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba com uma produção de 10 milhões de litros por ano.

Analisando dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, vemos que os municípios do Território da Cidadania do Cariri atuam desde a implantação da modalidade PAA-Leite no Ceará, porém verificando dados de 2013 até 2017, último ano de informações fornecidos pelo governo federal, percebemos que os municípios do Cariri estão diminuindo sua participação.

Em 2013 apenas agricultores individuais participaram do programa, destacando os municípios do território caririense de Jardim, Mauriti, Milagres, Brejo Santo, Jati, Porteiras, Aurora, Abaiara, Barro, Penaforte, Santana, Nova

Olinda e Araripe, assim 13 dos 29 municípios do território atuaram na modalidade. No ano de 2014, dos 13 que atuaram em 2013, apenas 09 continuaram atendendo o programa, isso apresenta uma diminuição de 60%. Em 2015 os municípios Lavras da Mangabeira e Milagres atuaram na modalidade individual e via associações, os municípios de Jardim, Mauriti, Milagres, Brejo Santo, Jati, Porteiras, Aurora, Abaiara, Santana e Nova Olinda, esse foi um ano com boa participação dos agricultores via associações devido à necessidade do associativismo para favorecer a venda (SDA, 2018).

Em 2016 dentre os municípios do território da Cidadania do Cariri, somente o município de Lavras da Mangabeira atuou nessa modalidade, seja de maneira individual ou coletiva, dados esse que se prosseguiu mesmo com o aumento dos recursos em 2017. Vimos que entre os anos de 2013 e 2017 tivemos uma diminuição nos municípios que conseguiram participar dessa modalidade. De treze municípios participantes inicialmente, apenas um município participou em 2016.

O município de Jati que atuou no programa nos anos de 2013, 2014 e 2015 é o único que apresenta um assentamento federal, porém mesmo com isso os assentados não conseguiram participar deste programa, muito devido às dificuldades de condições para a produção de leite. Porém em 2017 o Instituto Agropolos inseriu no assentamento Baixa Grande localizado em Jati um projeto de caprinovinocultura e que pode contribuir futuramente nessa atuação, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura em 2018 o assentamento ainda não se inseriu no programa.

A dificuldade de acesso aos mercados e a necessidade de um plano para o manuseio do leite de acordo com as normas do programa, faz com que os assentamentos rurais, não consigam se inserir nesta modalidade.

Analisando essa demanda é necessário visualizar a expansão dessa política pública, e pensando nisso o Governo do Estado do Ceará criou a Política Estadual de Aquisição de Alimentos oriundo da Agricultura Familiar.

4.5.2 Programa de Aquisição de Alimentos do Governo do Estado do Ceará

Analisando a importância do PAA no estado do Ceará e avaliando a diminuição dos recursos, em 2015 o Governo Estadual do Ceará decidiu criar a Política de Aquisição de Alimentos do Ceará por meio da Lei nº15. 910, de 11 de dezembro de 2015, regulamentada pelo DECRETO nº 32.315, de 25 de agosto de 2017. A política quase toda obedecendo as normas do Programa de Aquisição de Alimentos orienta a compra de 30% dos produtos familiares nas compras de gêneros alimentícios.

A política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado do Ceará apresenta diversos objetivos, entre eles:

I – incentivar e fortalecer a agricultura familiar, promovendo inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao beneficiamento de alimentos e à geração de renda;

II - fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar;

III - estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo dos seus produtos;

IV - incentivar a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar e pescaria artesanal nas compras realizadas pelos órgãos públicos estaduais;

V - incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional;

De acordo com o Decreto nº 32.315 essa política deve estar integrada aos programas governamentais e tem como referência os seguintes marcos regulatórios:

I – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

II - Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com

redação alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011;

III – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Instituído pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de Junho de 2009.

A política ainda está em processo de inserção e será executada nas seguintes modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; Apoio à Formação de Estoques; Compra Institucional. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará será investido nessa política R\$ 14.000.000, valor acima dos recursos investidos no Ceará em todas as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos nos últimos anos. Esses recursos serão controlados por um comitê gestor que será composto por dois terço (2/3) de representantes do Poder Público e um terço (1/3) de representantes da Sociedade Civil, com titulares e suplentes.

Para a participação do agricultores familiares serão exigidos a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, e conseqüentemente o enquadramento nos artigos da Lei Federal nº11.326, de 24 de julho de 2006 que caracteriza a agricultura de base familiar. Assim como as modalidades do PAA federal, alguns públicos terão prioridades para a venda como mulheres, jovens, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. O valor de venda máximo será R\$ 20.000,00 por família independente da participação dessa família em outros programas federais para comercialização de produtores oriundos da agricultura familiar, como Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos.

A compra será realizada de agricultores familiares a preços fixos que serão definidos com a ajuda do comitê gestor analisando:

I – Os preços praticados no mercado local ou regional, inclusive junto ao Banco de Preços disponível no Portal de Compras do Governo do Estado;

II – Os preços praticados no atacado;

III – Os preços praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Essa política pode favorecer os agricultores familiares do Ceará, fazendo com que a política pública consiga atender demais pessoas e favorecer o desenvolvimento das localidades. Porém deve estar atrelada à diminuição de burocracia e uma ligação de redes de Assistência Técnica e Extensão Rural, capazes de compartilharem informações com os agricultores.

Para o Território da Cidadania do Cariri essa política surge como um forte meio para abranger os agricultores e inserir os assentamentos federais, podendo os assentados ter mais oportunidades para participar.

4.6 Os assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri

- Assentamento São João

O assentamento São João está localizado no município Antonina do Norte, microterritório do Cariri Oeste, e possui 18 famílias assentadas. Em 2000 as famílias montaram acampamento na área, porém somente após dois anos de disputas, o assentamento foi implementado pelo governo federal dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária no ano de 2002.

Neste assentamento, os assentados possuem em média 45 anos, sendo oriundos, em sua maioria, do próprio município de Antonina do Norte, os poucos que não são deste município têm origem em municípios próximos. Todos residem no assentamento e possuem uma média de escolaridade baixa, onde a grande maioria possui o ensino fundamental incompleto. Todos os assentados pesquisados possuem como principal ocupação a atividade agropecuária, que consiste no manejo de ovinos e caprinos e na produção de milho e feijão, que são as principais culturas utilizadas pela agricultura familiar no Nordeste. O assentamento é cercado por um grande açude que em períodos de estiagem costuma proteger a população da crise hídrica, mas que nos últimos anos não conseguiu ficar cheio devida a seca, diminuindo a produção dos assentados.



Imagem 2 – Reservatório de água no assentamento São João, localizado na cidade de Antonina do Norte/CE.

Fonte: Autor

- Assentamento São Paulo

O assentamento São Paulo também está localizado no município de Antonina do Norte. Este assentamento que já teve 18 famílias assentadas, atualmente tem apenas 8, essa diminuição ocorreu devido a brigas internas entre lideranças dos assentados. Segundo relatos, desde a época de acampados, existia uma divisão entre as famílias devido a duas lideranças locais que possuíam pensamentos diferentes. Conforme aconteceu a formação do assentamento, um dos líderes foi expulso do assentamento pela outra liderança. De acordo com a liderança atual, o antigo líder se mostrava violento em suas posturas, gerando ainda mais desunião entre os assentados.

Todas as famílias residem no assentamento. Trata-se de uma área que é resultado de uma ocupação que começou em 2009, porém as famílias só foram assentadas pelo Incra em 2010. Os assentados são oriundos do próprio município e de Aiuaba, município próximo que faz divisa com Antonina do Norte. A média de faixa etária do assentamento é alta, apresentando muitos idosos. Os jovens saem cedo do assentamento devido às condições precárias de acesso e de infraestrutura. AS más condições acabam influenciando o acesso à escolaridade, pois verificou-se que o grau de escolaridade é muito baixo, sendo que 75% dos agricultores pesquisados apresentam apenas o

ensino fundamental incompleto. Desta forma, o nível de educação formal é ainda muito precário neste assentamento.

Devido às condições climáticas, os assentados apenas produzem para subsistência, praticam a pecuária, onde cada assentado tem caprinos e ovinos, e em certos casos até bovinos. O assentamento é pequeno, mas tem um grande açude que segundo os assentados nunca secou, e é responsável por abastecimento do assentamento, como é relatado por um dos assentados: “Esse açude é nossa vida, se ele secar, o assentamento acaba”.



Imagem 3 – Visão do Assentamento São Paulo, localizado na cidade de Antonina do Norte/CE.

Fonte: Autor

- Assentamento Olho D’água

O assentamento Olho D’água está localizado no município de Várzea Alegre, microterritório do Cariri Central, e possui 19 famílias assentadas. Todas residem no assentamento e a maioria é oriunda de uma antiga fazenda de gado leiteiro que existia no local onde hoje é o assentamento. As poucas famílias que não eram desta fazenda, são oriundas do próprio município ou do município de Cedro, município com o qual o assentamento faz divisa. O assentamento foi implantado pelo Incra em 1996.

A média de idade dos assentados é de 35,5 anos, a juventude é bastante presente neste assentamento, colaborando junto com seus pais nas

atividades agrícolas, porém verificamos que ao completarem 18 anos muitos decidem morar na cidade em busca de melhores condições de vida. O grau de escolaridade dos assentados entrevistados é baixo, poucos possuem ensino médio completo. A maioria possui o ensino fundamental incompleto, isto se dá pela falta de infraestrutura escolar no assentamento e pela necessidade de trabalharem desde muito cedo. Os assentados do Olho D'água produzem, assim como a maioria dos produtores familiares do nordeste, milho e feijão, produzidos no período chuvoso, entre os meses de dezembro e março. Esses produtos são armazenados e consumidos por eles durante todo o ano, pouco é comercializado, apenas se comercializa quando se tem uma grande produção ou quando a demanda por esses produtos está muito alta.



Imagem 4 – Visão do assentamento Olho D'água em Várzea Alegre/CE.

Fonte: Autor

- Assentamento Baixa Grande

O assentamento Baixa Grande está localizado no município Jati, microterritório do Cariri Leste. Com capacidade para até 170 famílias, este assentamento possui atualmente 144 famílias. Essas famílias são oriundas do próprio município, porém quatro dos 17 agricultores entrevistados são de outro estado, Pernambuco, já que o município de Jati fica no extremo sul do Ceará, fazendo divisa com este estado.

O assentamento foi implantado pelo INCRA no ano de 2009. A média da idade dos entrevistados é de 36 anos. Neste assentamento há muitos adultos

que não conseguiram ter acesso aos estudos formais em escolas quando eram mais jovens, conseqüentemente a escolaridade entre eles é muito baixa, assim como nos outros assentamentos pesquisados. Este fato ocorre por falta de infraestrutura nos assentamentos federais do Cariri, não havendo uma escola local. O grau de escolaridade poderia ainda ser aumentado com a presença de escolas com as disciplinas voltadas para a realidade do espaço rural, já que todos os assentados tem origem no meio rural e sua principal ocupação é a agropecuária, isto favoreceria o interesse para a escola.

O assentamento apresenta grande área de produção de palma forrageira e de milho, que são parte de projetos de produção agrícolas de órgãos de extensão rural e assistência técnica para alimentar a pecuária. O diferencial deste assentamento está na organização entre os assentados. Apesar de ser um assentamento com muitas famílias, há grandes áreas coletivas de plantio, prática não presente nos outros três assentamentos, onde o plantio individual é a realidade.



Imagem 5 – Lavoura de Palma Forrageira do Assentamento Baixa Grande em Jati/CE.

Fonte: Autor

4.6.1 Infraestrutura dos assentamentos

No Território da Cidadania do Cariri há 37 assentamentos com 856 famílias assentadas, o que corresponde a 10,78% dos assentamentos do Estado, abrigando apenas 4,47% do total de famílias assentadas do Estado.

Cinco desses assentamentos são federais e estão localizados em municípios de pequeno e médio porte (BRASIL, 2010).

O assentamento Baixa Grande é um dos maiores em área do Ceará, com 8.489,99 ha. Poucos são os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária com intervenção do Incra neste Território, isto é resultado de uma política de incentivo do governo do estado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, o qual incentiva agricultores familiares a adquirirem sua propriedade rural, sem a necessidade de organização por meio de movimentos sociais (ARRAIS, 2015).

Apenas o assentamento Baixa Grande, localizado em Jati, tem relação contínua com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tal fato foi observado durante a pesquisa de campo e ficou evidente que este assentamento tem grande mobilização social. Verificamos que grande parte da organização é oriunda de atividades junto ao MST, que realiza reuniões com a juventude deste assentamento e também atividades referentes à conscientização política dos assentados. A luta por direitos básicos, como infraestrutura, saneamento, energia, acesso à cultura e lazer, sempre foi uma luta do MST, entendendo que a organização do assentamento é um dos pontos fundamentais para a sua consolidação.

Os assentamentos pesquisados estão locados em áreas distantes das sedes dos municípios, a sede do município de Antonina fica a 12 km do assentamento São João e a 18 km do São Paulo; enquanto a sede do município de Várzea Alegre fica localizada a 20 km do assentamento Olho D'água, e a sede do município de Jati fica localizada a 11 km do assentamento Baixa Grande.

As vias de acesso até os assentamentos são estradas sem pavimentação, o que dificulta o trânsito de veículos, principalmente nos meses chuvosos. Cabe ressaltar que serviços como bancos, hospitais e farmácias estão localizados na cidade. Verificamos que dos 47 assentados que foram entrevistados, somente cinco consideraram a via de acesso até o assentamento boa, 10 consideraram esse acesso regular e 32 dos

entrevistados consideraram o acesso ao assentamento ruim, como relata um dos agricultores do assentamento Olho D'água em Várzea Alegre.

“Se uma pessoa passar mal no período de chuva aqui, corre o risco dela morrer, pois não temos como levar à cidade, as estradas não passam carros baixos e o preço do frete até o hospital é muito caro.”



Imagem 6 – Via de acesso ao assentamento São Paulo.

Fonte: Autor

De acordo com o INCRA (2010), em Pesquisa sobre a qualidade de vida nos Assentamentos do país, 58% dos assentados estavam descontentes com as condições das estradas ou vias de acesso aos lotes e 56% ao acesso a hospitais e postos de saúde. Percebe-se, desta forma, que a realidade quanto à infraestrutura das estradas vem mudando pouco ao longo dos anos.

Das 47 famílias as quais foram aplicados os questionários, a totalidade possui casa de alvenaria, com telha de cerâmica e energia elétrica privada distribuída pela Companhia Energética do Ceará (COELCE), atualmente conhecida como Enel Distribuição Ceará.

Os assentamentos apresentam poucos equipamentos públicos. Verificamos que não há escolas em funcionamento em nenhum dos assentamentos, em alguns casos como nos assentamentos São João e Olho D'água há escolas, porém estão desativadas, e os prédios não são utilizados pelos assentados. Os jovens da comunidade são levados até as escolas mais

próximas por ônibus das prefeituras municipais. A educação no campo é um fator importante em assentamentos rurais e muito depende do Estado.

As famílias assentadas apresentam trajetórias diferentes, todavia é comum entre elas o vínculo com a terra, sendo inclusive a principal ocupação de 38 dos 47 assentados pesquisados. Mesmo com essa origem rural, a evasão para cidades com maiores índices populacionais é bastante presente nos assentamentos federais do Cariri, muitos jovens se deslocam até Juazeiro do Norte, centro urbano do território em busca de melhores condições econômicas, pois entendem que a agricultura é uma atividade muito difícil para dela sobreviver, principalmente no nordeste com as condições climáticas desfavoráveis, a ausência de chuvas deve ser considerado importante fator para a evasão rural, informação evidenciada pelas respostas dos assentados durante o trabalho de campo.

Analisando a ausência de infraestrutura nos assentamentos é importante verificar se as políticas públicas favorecem os assentamentos rurais, pois elas são a forma em prática do desenvolvimento, seja ele econômico e consequentemente social. Um dos principais problemas analisando essa infraestrutura é a comercialização dos produtos, principalmente pela alocação geográfica dos assentamentos e o seu acesso. As principais políticas públicas são as voltadas a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Associativismo nos Assentamentos

Na atividade rural, em particular na agricultura familiar, um dos grandes desafios está na comercialização. Desde sempre os agricultores têm conhecimentos voltados à produção agropecuária, porém a comercialização pode ser uma dificuldade, que após supera-la pode proporcionar a permanência na terra e autêntica resistência social. A organização de assentados em associações torna uma alternativa viável de sustentação dos seus lotes produtivos, esse fenômeno torna-se expressivo no Brasil no ano de 1980 e esse organização está voltada segundo Pinheiro (2001, p.339) “a

obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso”.

Dentro dos assentamentos pesquisados apenas o Assentamento São Paulo não possuía uma associação, devido à falta de informação segundo os os assentados entrevistados. Porém 80% dos assentados entrevistados consideram como unidos em relação à convivência dentro do Assentamento. Todos os assentados que vivem em assentamentos com associação a consideram que este tipo de organização atende a seus interesses. Segundo Oliveira (2002), as associações juntamente com as cooperativas, principalmente em assentamentos rurais se articula como importante estratégia desenvolvimento. Grande parte dos assentamentos tem enorme dificuldade em ser auto rentável, conseguir produzir e comercializar sua produção, dificultando o fortalecimento do seu desenvolvimento, um dos meios para superar essas dificuldades é o associativismo, porém para essa interação é necessário articulação entre os assentados, os quais são oriundos de várias origens e culturas, atrapalhando o espírito de coletivismo (PIRES, 2007).



Imagem 7 – Reunião com o presidente da associação na Associação dos Assentados do Assentamento Olho D´água.

Fonte: Autor

O Associativismo pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento rural, sempre entendendo que o trabalho coletivo fortalece a

comunidade e seus integrantes. Todos os assentados dos assentamentos que possuem associação consideram benéfica a participação nas associações, principalmente devido ao menor custo de produção, tendo em vista a compra compartilhada de produtos como sementes, adubos e hora de máquinas agrícolas que são compartilhadas e contratadas por menor custo. Segundo Maraschin (2004) o associativismo tem como base proporcionar benefícios sociais, econômicos, profissionais e técnicos a diversos grupos que expressam os mesmos interesses.

Verificamos que apesar dos assentados entenderem que as associações os beneficiam, eles não conseguem através desta organização comercializar junto às políticas públicas, isso está relacionado à falta de periodicidade da produtividade em períodos de secas e à falta de informação e organização dos assentados quanto aos benefícios do associativismo. Tal fato pode estar relacionado à deficiência nos serviços de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos.

4.6.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar nos assentamentos

As dificuldades em infraestrutura e a falta de acesso a serviços de Ater comprometem também a comercialização dos produtos dos agricultores familiares assentados, pois tornam a produção mais cara, devido a vários fatores, como por exemplo o aumento do custo de deslocamento da produção para a venda.

De acordo com os assentados o preço de fretes em transportes da produção até a cidade quase dobra nos meses de chuva, devido às condições das vias de acesso. Outro fator apontado que tem contribuído para o aumento do custo de produção é a falta de assistência técnica, os assentados não contam com apoio apropriado e acabam gastando mais do que o necessário na sua produção. No assentamento Olho D' água, por exemplo, os assentados nunca tinham ouvido falar em defensivos naturais, utilizando apenas agroquímicos. Fatores como estes geram maior custo de produção, tornando o produto vendido mais caro no ato da comercialização, diminuindo a procura

pelo aumento do preço e conseqüentemente diminuindo a renda familiar dos assentados.

Os assentados dos municípios de Jati e de Antonina do Norte não comercializam seus alimentos junto ao Pnae, em Várzea Alegre somente dois assentados comercializam no Pnae. Apesar da maioria dos assentados do município de Jati possuir serviços de Ater, eles não conseguem comercializar sua produção junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois os serviços de Ater começaram no ano de 2018. Os assentados ainda não conseguiram produção e nem organização para entregar sua produção para a merenda escolar. A ideia dos agentes de Ater é sensibilizar para a atuação em 2019. Assim, em muitos casos, a ineficiência das políticas públicas entre os assentados decorre da falta investimento, de divulgação e auxílio técnico (BARONE, 2000; MARTINS, 2003; FERRANTE e BARONE, 2004).

Quando ampliamos a análise para a agricultura familiar, não nos restringindo aos assentamentos, percebemos que os municípios que possuem assentamentos não conseguiram cumprir a lei durante os últimos anos (Tabela 8). Os dados disponíveis abrangem somente até o ano de 2016, porém em conversas com os secretários de Educação e Agricultura dos municípios pesquisados não se nota uma perspectiva de evolução. Apenas no município de Jati existe um projeto de Capri ovinocultura onde foram fornecidas matrizes de baixo custo para a produção de carne no sentido de ativar a participação de assentados e agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Tabela 8. Porcentagem de compra de produtos da agricultura familiar nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, onde se localizam os assentamentos estudados.

Entidade Executora	2013	2014	2015	2016
Pref Mun de Antonina do Norte	20%	18%	27%	21%
Pref Mun de Jati	17%	21%	31%	31%
Pref Mun de Várzea Alegre	33%	40%	20%	18%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do FNDE (2018).

Em entrevista com agentes locais da Secretária Municipal de Educação verificamos que o município de Jati apresenta pequeno número de agricultores familiares ligados ao Pnae, sendo que apenas três agricultores familiares (não assentados) comercializam seus alimentos para serem incorporados à merenda escolar. Em Antonina do Norte, oito agricultores comercializam junto ao Pnae, e em Várzea Alegre 63 agricultores comercializam seus alimentos para o Pnae. Os dois agricultores familiares assentados que comercializam junto ao Pnae são do assentamento Olho D'água, do município de Várzea Alegre. Esses assentados tomaram conhecimento do Programa por comunicação com a prefeitura, faz um ano que atuam junto ao Pnae, porém há quatro anos comercializam seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Verificamos que não houve uma forma de comunicação para divulgação do Pnae, porém esses dois assentados que participam deste Programa tinham proximidade com os extensionistas da Secretaria de Agricultura e assim ficaram sabendo do Programa. Em nenhum momento foi realizada reunião com os assentados, ou uma divulgação mais ampla por meios digitais ou panfletos que pudessem abranger os demais assentados. Desta forma, percebe-se que esses agricultores já estavam organizados na comercialização com o mercado institucional, fato este que facilitou o acesso deles ao Pnae.

Porém, as dificuldades com a logística se fazem presentes, uma vez que a via de acesso entre o assentamento e a sede do município é muito precária. Apesar dessas dificuldades, os assentados que participam do Pnae se dizem muito satisfeitos com a participação no programa.

Os assentados que participam do Pnae são responsáveis pelo transporte da produção até o município, sendo os alimentos entregues todas as terças-feiras na central de abastecimento do município de Várzea Alegre. Os assentados, junto com os demais agricultores do município que entregam seus alimentos ao Pnae, participam de reuniões com a Secretaria de Educação, departamento responsável pela execução do Pnae no município.

Para os dois assentados que comercializam junto ao Pnae, o programa não tem contribuído ou incentivado a transição orgânica/agroecológica,

segundo eles no assentamento que moram existem muitas pragas que dificultam a produção, e nunca tentaram produzir sem o uso de agrotóxicos: “Se eu não colocar veneno, eu não consigo produzir nada, nem para comer”. Esses assentados não modificaram sua produção, durante este ano (2018), estão produzindo os mesmos alimentos que antes, mas pensam que para a próxima chamada pública, meio pelo qual são cadastrados e conseguem comercializar junto ao Programa, devem produzir alimentos diferentes, para que consigam comercializar mais. Durante a pesquisa de campo, notamos que esse pensamento de diversificação possui viés apenas econômico, não tendo relação direta com alguma preocupação ecológica que a diversificação poderia gerar.

As associações de agricultores familiares são presentes nos assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri, mas ainda não conseguem atuar em conjunto no Programa Nacional de Alimentação Escolar, a ideia do associativismo vinculado às políticas públicas pode ser uma solução para problemas relacionados à periodicidade da entrega, podendo ser realizado um planejamento com entregas feitas por vários produtores via associação.

Os assentados se consideram unidos e citam que a associação atende a seus interesses. Os assentamentos Baixa Grande e Olho D’água atuam em mutirão, que é conhecido por eles como trabalho “coletivo” ou em coletividade, que é quando os assentados se unem para uma atuação em conjunto, seja relacionado a produção ou a infraestrutura do assentamento, ocorrendo ao menos uma vez na semana. No assentamento Baixa Grande há uma área coletiva com a produção de palma forrageira; no assentamento Olho d’Água o dia da coletividade é voltado ao assentamento em si, através da construção de estradas, cercas, atividades mais voltadas ao bem estar do assentamento.

As condições climáticas não ideais geram a pouca produção agrícola nos assentamentos, fazendo com que os assentados produzam majoritariamente para a subsistência. Esse modelo de produção, que busca o autoconsumo, não motiva os assentados a produzirem para o Pnae, que exige uma regularidade de entrega, com isso as associações que atuam nos

assentamentos se limitam apenas a atuações locais e não se envolvem com políticas públicas.

4.6.3 Pronaf nos assentamentos

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é considerado a primeira política pública destinado a esse setor da agricultura, que pouco era valorizado em relação ao produtor de larga escala com grandes propriedades, principalmente nos anos 60 quando o Estado começa a financiar crédito com o objetivo de modernizar as grandes propriedades rurais (TEIXEIRA et al, 2007). Essa política surgiu no meio da década de 90 e foi o resultado de uma série de reivindicações de classes voltadas ao meio rural, essas ações foram de bastante importância, pois a criação do PRONAF abriu as portas para que as demais políticas fossem inseridas nos anos 2000.

Segundo Kozelinski (2009, p. 11), pode-se ainda afirmar que o PRONAF:

[...] além de ser uma política econômica, também funciona como uma política social, oferecendo meios para que os agricultores obtenham renda, favorecendo a economia rural, criando condições para que o homem fixe-se no campo e, conseqüentemente, diminuindo a pressão por emprego, moradia, etc, nas grandes cidades.

Segundo o Portal Brasil (2014), o PRONAF apresenta três grandes blocos, que são créditos de acordo com a necessidade do agricultor familiar:

- a) Crédito para Custeio: Que pode variar de seis meses a dois anos, serve para disponibilizar capital de giro ao agricultor familiar.
- b) Crédito para Investimento: É voltado para investimentos na propriedade, seja em material físico, como compra de trator, máquinas; em material humano, como contratação de assistência técnica especializada; e/ou investimentos em benfeitorias na propriedade como construção de galpão e manejos de conservação de solo.
- c) Crédito para Comercialização: Financia custeio na comercialização dos produtos, com os processos de pós-colheita, armazenamento e transporte.

Dentro dos blocos de investimentos, existem os grupos de crédito para que os recursos sejam disponibilizados para um determinado público, os assentamentos rurais foram contemplados com o acesso ao crédito por meio do PRONAF com dois grupos especiais para os agricultores assentados pelo PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, o chamado PRONAF "A" e o "A/C".

De acordo com dados do Banco do Nordeste (2017) no grupo A os investimentos podem ser em atividades agropecuárias e não-agropecuárias, com um limite de crédito de R\$ 25.000,00 por agricultor, com taxa de juros de 0,5% ao ano, já no grupo AC, os investimentos podem ser para custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção, com um limite de crédito de R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações, com taxas de juros de 1,5% ao ano. Além disso quando falamos em investimento voltados ao assentados, temos o Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A, que é mais uma linha para assentados do PNRA, mas esses precisam ter renda bruta anual de até R\$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A, com investimentos em atividades agropecuárias, limite de crédito de R\$ 4.000,00, por ano agrícola e taxa de juros de 0,5% ao ano. E dentro desses grupos existem diversas linhas com diferentes fins de investimentos.

Os projetos do PRONAF são operados por diversos bancos estaduais e alguns bancos cooperativos, porém os principais operadores são Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA), sendo o BB o maior responsável pelos recursos liberados nos últimos anos (ROCHA, 2008). Para Feder (1990 apud PEREIRA et al., 2006, p.775) mostra que o crédito "é necessário para viabilizar a produção uma vez que o agricultor possui um ciclo de renda sazonal e precisa de antecipação de recursos para compra de insumos e equipamentos necessários para produzir".

Nos assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri essa política é bem mais abrangente que o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos, 21% dos assentados já

acessaram o PRONAF, das 47 famílias entrevistadas 10 já acessaram, principalmente no grande bloco de crédito para investimento. Os assentamentos Baixa Grande e São João foram os que apresentaram mais assentados que utilizaram o PRONAF para o seu desenvolvimento. A participação dos assentados nessa política está atrelada a facilidade de conquistar o dinheiro rápido, apenas com projetos que na maioria das vezes já está todo montado, sem a participação dos próprios assentados.

A grande maioria dos assentados que acessaram o PRONAF ficaram sabendo por agricultores vizinhos de comunidades próximos, pela secretaria de Agricultura dos municípios e por visitas do INCRA nos assentamentos, que acontecem poucas vezes no ano, isso contrapõem dados de MERA (2010) em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, que em um universo de 61 agricultores familiares, 95,07% afirmaram que ficam sabendo através dos bancos (Sicredi e Banco do Brasil), e 4,93% pela Emater. A prática da divulgação do PRONAF por meio dos bancos não é tão presente no Cariri Cearense.

Uma das principais dificuldades quando relacionamos o PRONAF à agricultura familiar é a responsabilidade de pagamento, pois sem o auxílio de um profissional de ATER, muitas vezes esses agricultores não conseguem investir bem o recurso e acaba não tendo condições de pagar ao banco. Por uma visão financeira o PRONAF não se diferencia de qualquer outra operação de crédito, sempre haverá um risco em relação aos empréstimos. Segundo Gitman (1997, p.172), risco seria “a probabilidade de prejuízo financeiro ou então variabilidade de retornos associadas a um determinado ativo”.

A falta de informação foi a principal causa para a não participação dos demais assentados, isso é causado pela ausência de assistência técnica nos assentamentos e pela falta de documentos que é necessitado para a participação, como por exemplo, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). No Território da Cidadania do Cariri se obtém a DAP em diversos órgãos como EMATER/CE, Secretarias de Agricultura de prefeituras e em sindicatos rurais. Segundo o MDA (2016):

Com o documento, é possível ter acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; e os programas de compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente, existem 4,8 milhões de DAPs ativas no Brasil.

Apesar do INCRA atuar com o incentivo a participação dos assentados no PRONAF, não existe uma assessoria para um planejamento financeiro próximo, até por que não existe escritório do INCRA no Território, apenas na capital do estado, cerca de quinhentos quilômetros do Cariri, dificultando a presença do Instituto nos assentamentos.

O assentamento Baixa Grande localizado no município de Jati é o assentamento que tem visitas mais frequentes de extensionistas rurais, devido as alianças criadas entre EMATER e Secretaria de Agricultura, facilitando o conhecimento dos assentados sobre o PRONAF, e apesar de ainda não terem todo o conhecimento quanto as políticas públicas, os assentados são atualizados quanto aos recursos disponibilizados pela política.

Em relação a todas as políticas públicas estudadas nessa pesquisa, o PRONAF foi a que mais conseguiu melhorar a qualidade de vida dos assentados, devido ao maior numero acessos, quando relacionados com o PNAE e o PAA, dos 21% que acessaram o programa, 70% relatam que o PRONAF ajudou no seu aumento de renda e na melhora da qualidade de vida. Alguns autores já estudam a relação entre aumento de renda e qualidade de vida, segundo Guanzirolli (2007, p 127), “nem sempre o aumento da renda ou da produção resulta em melhoria da qualidade de vida, o que justifica a necessidade de estudos voltados sobre o tema”. Carneiro, Palm e Alvarenga (2017) produziram diversos artigos sobre o tema e sua relação com o PRONAF em um recorte temporal de 2003 e 2013, período de grande desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar. Para os mesmos autores existe uma ausência de clareza sobre o que é qualidade de vida. Hoje o termo bem-viver se sobrepõe a qualidade de vida e é de bastante importância esse sentimento para os assentados rurais.

O 30% que não citam essa melhora estão na sua grande maioria em debito financeiro com o banco, pois sem o planejamento financeiro não

conseguiu seu desenvolvimento, em conversas com os assentados ficou evidenciado que não foi realizado um investimento na propriedade e sim para bens pessoais, os quais não geraram renda para o pagamento do empréstimo.

Os assentados dos Assentamentos Federais do Território da Cidadania do Cariri citam a burocracia como o principal problema a ser superado, já que falta conhecimento quanto as tramitações nos bancos, dificulta o acesso dos mesmos ao PRONAF, esses dados corroboram com Abramovay e Veiga (1999), Belik (1999), Silva (1999), a DESER (2007) e o MDA (2007) que afirmam, que os recursos do PRONAF não conseguem atingir plenamente seu público alvo.

40% dos assentados no Cariri que acessaram o PRONAF recorreram aos técnicos agropecuário de empresas privadas para elaboração dos seus projetos, isso gera um custo a mais para a produção, gerando um lucro cada vez menor com maior número de reais gastos. Esses projetos muitas vezes são negados pelos bancos, pois falta informações necessárias para captação dos recursos, muitos deles não são conversados junto aos assentados, dificultando o desenvolvimento da produção.

É necessário uma rede de informações mais clara, com um serviço de ATER especializado e um banco que apesar de necessariamente ser preciso um processo burocrático, seja mais ágil e explicativo ao assentado que muitas vezes não tem conhecimento para esse processo, principalmente na aprovação dos projetos.

4.6.4 Assistência técnica e extensão rural nos assentamentos

O serviço de assistência técnica e extensão rural no Ceará é realizado oficialmente pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-CE, porém há no Estado organizações não governamentais que também atuam nesse serviço. No Cariri se fazem presentes a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com um campo experimental da EMBRAPA ALGODÃO e também de ensino como o Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, localizada no município do Crato, que abrange os cursos de zootecnia e técnico em Agropecuaria; a

Universidade Federal do Cariri, que na área de agrárias apresenta o curso de Agronomia, no município do Crato; e a Universidade Drº Leao Sampaio, que dentro da área de agrárias apresenta o curso de Veterinária, locado no município de Juazeiro do Norte, que podem contribuir para o serviço de extensão rural.

Assim, o principal órgão de extensão rural do estado é a EMATER-CE presente em todos os 29 municípios do Território da Cidadania do Cariri, porém por muito tempo esteve sem recursos humanos e físicos para se desenvolver este trabalho.

Por muito tempo a ausência de profissionais foi um grande problema, mas em 2003 com o programa Agente Rural, que contrata técnicos e agrônomos por determinado período de tempo para o fortalecimento da agropecuária, essa demanda foi suprida em parte, mas a principal crítica é que quando o profissional começa a se inteirar realmente das necessidades dos agricultores, seu contrato de trabalho é encerrado não havendo assim continuidade no serviço de assistência técnica e extensão rural.

Para os assentamentos rurais é ainda mais complicado, o Incra não possui escritório na região do Cariri, atendendo os assentados rurais apenas com visitas sazonais, que na maioria das vezes ocorre por problemas cadastrais ou documentais.

Nps assentamentos, os serviços de assistência técnica e extensão rural são realizados por uma parceria estabelecida entre as Secretarias de Agricultura dos municípios e a EMATER-CE. Nos assentamentos estudados apenas no município de Jati apresentam rotina de visitas, com projetos em andamentos e assistências semanais. Os assentamentos localizados em Várzea Alegre e Antonina do Norte não recebem visitas frequentes dos órgãos de Ater conforme relatado pelos assentados pesquisados.

Os dados indicaram que 13 dos 16 assentados entrevistados no município de Antonina do Norte não recebem serviços de assistência técnica e extensão rural. Em entrevista com o secretário de Agricultura do município, este citou a falta de investimentos na secretaria, que não tem condições de atuar realizando este tipo de serviço nos assentamentos.

Antonina do Norte apresenta em seu quadro na Secretaria da Agricultura quatro profissionais com ensino superior, um deles é formado na área de ciências agrárias, que é Zootecnista, porém pouco atua nos assentamentos devido às condições de estrutura exigidas para este tipo de atuação. São exemplos de condições básicas para sua atuação a qualificação técnica, voltada a produção agrícola; um transporte para a locomoção, levando em consideração as vias de acesso até o assentamento; e materiais didáticos (apostilas e livros) voltados a realidade dos assentados. Vale salientar que a multidisciplinaridade é um fator importante para a extensão rural, porém os profissionais que trabalham nesta secretaria e que não atuam no campo das ciências agrárias, não possuem nenhum tipo de contato com a realidade dos agricultores assentados, atuando apenas nas questões administrativas da secretaria. A Secretaria Municipal de Agricultura de Antonina destaca-se negativamente no quesito transporte, por não possuir nenhum veículo disponível para os profissionais trabalharem na zona rural, dificultando assim os trabalhos de assistência técnica e extensão rural.

Em observações durante a pesquisa de campo e transcritas para o Diário de Campo, percebemos que as indicações políticas são frequentes nas secretarias municipais de agricultura dos municípios pesquisados, o que pode dificultar os trabalhos de Ater, pois alguns profissionais podem não estar totalmente preparados para desempenharem as funções que os cargos requerem.

Por outro lado, o município de Jati está no outro extremo da situação até aqui apresentada, pois os dados indicaram que dos 17 entrevistados no assentamento Baixa Grande, 12 recebem assistência técnica semanalmente e participam de projetos vinculados à Secretaria de Agricultura do município e à Emater – CE. Neste município há uma parceria entre esses órgãos para atender os assentados do Baixa Grande. Desta forma, um técnico agrícola promove as atividades de assistência técnica, com compartilhamento de conhecimento e introdução de programas governamentais ligados à extensão rural. Projetos voltados à produção de Ovinos e Caprinos são a principal atividade de assistência técnica na comunidade Baixa Grande; de acordo com

o secretário de agricultura do município de Jati, esse projeto será um meio para a introdução dos assentados no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A assistência técnica e extensão rural é ainda uma questão a ser resolvida nos assentamentos rurais, a falta deste tipo de serviço não contribui para o desenvolvimento rural e muitas vezes pode impossibilitar a participação dos assentados em políticas públicas de grande importância, como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois os assentados sequer podem ter acesso a esse tipo de informação, uma vez que a Ater tem também a função de organizar os agricultores para o acesso às políticas públicas a eles direcionadas.

4.7 Linha do tempo das ações do Estado para a agricultura familiar no Território da Cidadania do Cariri

De acordo com as entrevistas realizadas, com a revisão bibliográfica e documentos consultados, apresentamos uma linha do tempo sobre as principais ações que o Estado (federal e local) vem desempenhando tendo como marco o ano 2000. A partir desse ano o Cariri começa a receber diversos incentivos voltados ao fortalecimento da Agricultura familiar, sejam aparelhos pesquisa, ensino, extensão e de produção, com subsídios de programas e políticas que atenderam o agricultor de pequeno porte.

A Embrapa Algodão, uma das 40 unidades descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, foi criada na cidade de Campina Grande/PB no ano de 1975, com objetivo de impulsionar pesquisas voltadas ao desenvolvimento do algodão na região semiárida e Cerrado brasileiro. Devido ao contexto histórico de produção de algodão nos últimos 40 anos no Estado do Ceará, dizimado pelo bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), no ano de 2000 a Embrapa Algodão cria um campo experimental nos municípios de Barbalha (condições irrigadas) e Missão Velhão (condições de sequeiro, pertencentes a região do Cariri cearense).

Hoje o campo Experimental se dedica a difundir metodologias para controle de *A. grandis*, com novas cultivares e manejos adequados, além disso desenvolvem pesquisas nas áreas de ecofisiologia, economia, entomologia,

melhoramento, genético estatística, fertilidade, fitopatologia, irrigação, mecanização, fisiologia, práticas culturais, sementes e tecnologias de fibras, e tem projetos direcionados a transferência de tecnologia aos agricultores familiares caririenses. As atividades de pesquisa realizadas no Campo Experimental de Barbalha são realizadas através de parcerias com órgãos publicou e/ou privados, sejam eles locais, estaduais ou nacionais. Além do Algodão, o órgão realiza pesquisas com amendoim, gergelim e mamona, culturas importantes da agricultura familiar e do agronegócio caririense.

Dentro dos assentamentos pesquisados, apenas as culturas tradicionais de subsistência são encontradas, como o milho e feijão, fazendo com que haja uma distância entre EMBRAPA e Assentados, além disso, o algodão ainda está na descrença dos assentados devidos suas gerações passadas terem perdido tudo pela presença de pragas e doenças, isso gera uma medo nos assentados dos assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri.

No ano de 2002, foi criada o Instituto Agropolos do Ceara (IACe), que é um aparelho de extensão rural, uma organização civil com personalidade jurídica de direito privado, que não se integra a Administração pública estadual, mas possui uma qualificação dada pelo Poder Público Estadual e presta serviços de interesse público através do Contrato de Gestão, que duram e acordo com projetos. O IACe é uma instituição sem fins lucrativos, criado com fundamento na Lei Estadual Nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997. No mesmo ano o Instituto foi alocado em diversos territórios a fim de atender da melhor forma o público rural. Durante as entrevistas foi analisado que o IACe não atuou nos assentamentos pesquisados, segundo o Instituto isso se deve a dificuldades de comunicação com os assentados não obtendo um dialogo para que seja exposto uma parceria.

Os principais objetivos do Instituto Agropolos do Ceará são apoiar o desenvolvimento sustentável das principais cadeias produtivas rurais com ações de assistência técnica, Promover o desenvolvimento da agroindústria e o fortalecimento do processo de comercialização da produção rural com enfoque na agricultura familiar. O instituto é gerido por um conselho que é formado por órgãos do Governo do Estado, por representantes da sociedade civil e por

representantes dos funcionários. No mesmo ano para melhor atender os agricultores familiares são criados sedes do IACe nos principais territórios do Ceará, com objetivo de focar mais em cada região e suas características, no Cariri o Instituto fica localizado na Rua Teofilo Siqueira, 754 -B, Centro, no município do Crato.

Ainda no ano de 2002 é lançada a fase II do Projeto São José, projeto que leva o nome do padroeiro do Estado e consiste em realizar investimento através do Estado na agricultura familiar, de forma sustentável e criativa. O projeto também está voltado ao acesso à água e saneamento, favorecendo agricultores com vulnerabilidade hídrica, uma das principais causas da desnutrição no nordeste. No ano de 2019 começa a ser lançada a fase IV, sendo a fase II lançada no ano de 2013, o projeto ainda tem como objetivo melhorar o acesso comercialização, sejam eles de mercados grandes ou curtos e adotar abordagens resilientes ao clima. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário é a responsável pelo projeto, com a sua Unidade Gerenciadora de Projetos (UGB).

Logo no primeiro ano do “governo Lula” é lançada diversas políticas de enfoque territoriais que se tornaram importantes para o desenvolvimento rural, o ano de 2003 foi um ano ímpar para o reconhecimento do agricultor familiar e foi nesse ano que surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos –PAA, programa importante para o acesso ao mercado dos agricultores de pequeno porte, além disso, é criado o Programa Território Rurais, e conseqüentemente os primeiros territórios rurais são implantados no Ceará, e o Cariri, agora Território da Cidadania, é um dos primeiros desses territórios. No ano de 2008 o Cariri passa a ser um Território da Cidadania e assim permanece até os dias atuais, apesar da diminuição dos investimentos nessa política e da ausência de relações entre os órgãos importantes que favoreceriam o agricultor familiar.

Quando falamos em extensão rural vemos no Figura 5, que em 2003 é criado o programa Agente rural, esse método é um programa criado via EMATER/CE, que devido a ausência de um concurso na Empresa, concurso este realizado apenas em 2018, resolve contratar profissionais por meio de processo seletivo e por determinado período de tempo, para atuar como

extensionistas rurais, sejam eles técnicos agropecuários, agrônomos ou veterinários. O Programa tem como objetivo a qualificação e expansão dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Ceará, além disso, assegurar que as ações dos serviços públicos sejam efetivas na promoção do desenvolvimento rural sustentável, principalmente voltada a agricultura familiar (CEARÁ, 2006).

No ano de 2004, aconteceu à ampliação do PAA, com a inserção do PAA – Leite, e também a ampliação, com outras modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política que surgiu nomeio da década de 90 e muito ajudou e ajuda no desenvolvimento das famílias rurais. E conseqüentemente com o aumento dos recursos a partir do ano de 2003, foram ampliados os projetos, programas e políticas de desenvolvimento, o ano de 2004 foi o marco para ampliação da Associação Cristão de Base (ACB), associação voltada à extensão Rural, organização muito importante para a agricultura familiar caririense, sendo a única instituição que atuou em assentamentos federais com palestras no assentamento Olho D'água em Várzea Alegre durante o ano de 2013. Foi também no ano de 2004 que o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) começou no Estado, com aulas em assentamento rurais, o PRONERA não atende os assentados dos Assentamentos federais do Território da Cidadania do Cariri, mas alguns assentados, principalmente do assentamento Baixa Grande, na cidade de Jati, que tem uma maior relação com MST enviam alguns assentados a IES no Brasil todo.

Logo no ano de 2005, mais uma Organização Não Governamental, agora a Flor do Pequi, é criada no Cariri, ONG que fica localizada no município do Crato e consegue atuar junto aos projetos do governo, favorecendo o desenvolvimento. Nos anos de 2007 com as políticas de interiorização das Universidade pelo governo Lula, é criado o campus Cariri da Universidade Federal do Ceará. Apesar de já existir no território Centros de Ensino conceituado como a Universidade Regional do Cariri, a vinda da UFC para essa região trás novas oportunidades de cursos, como por exemplo, o curso de agronomia, primeiro curso na área de agrárias da região, antes os alunos que

pretendiam seguir essa área teria que ir para a capital do estado ou para estados próximos como o Pernambuco e a Paraíba, dificultando o acesso à educação.

Levando em consideração a importância da pesquisa dentro dos institutos de ensino, é criado em 2011 o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), programa multidisciplinar realizado dentro da Universidade Federal do Ceará, campus Cariri. Em 2013 com o desmembramento do Campus Cariri da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi sancionada pela lei nº 12.825 durante o governo da presidente Dilma Rousseff a criação da Universidade Federal do Cariri, dando aos alunos, professores e servidores independência da reitoria na capital cearense e avançando no número de cursos. Poucas foram as ações da Universidade Federal do Cariri dentro dos assentamentos, o foco dos projetos da UFCA são os assentamentos estaduais, principalmente no Assentamento Estadual 10 de Abril, localizado no município do Crato, porém ARRAIS (2015) realizou sua pesquisa de mestrado no PRODER com título Convivência Sustentável com o Semiárido: análise do impacto das políticas públicas na agricultura familiar; no assentamento São João, um dos assentamentos pesquisados nessa dissertação.

Em 2015 com a diminuição dos recursos oriundo do governo federal é criado pelo governo Estadual outro projeto importante quando falamos em fortalecimento da agricultura familiar, que é o Projeto Paulo Freire (PPF). Esse tem objetivo de atender 600 comunidades até o ano de 2019, essas comunidades estão presentes em 31 municípios cearenses, com os menores Índices de Desenvolvimento Humano, atendidos com ATER através do desenvolvimento do capital social e humano e da produção sustentável economicamente viável, valorizando as fontes agrícolas e não agrícolas e priorizando jovens, mulheres e povos tradicionais. Os municípios do microterritório Cariri Oeste apresentam os menores IDH's do Ceará, fazendo com que sejam assistidos pelo PPF, são eles: Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas, dentro desses municípios está o Antonina do Norte que

apresenta dois assentamentos pesquisados nesta dissertação, o São João e o São Paulo, porém esses dois assentamentos não foram atendidos pelo projeto. O Projeto Paulo freira é uma realização do Governo Estadual através da sua Secretaria de Desenvolvimento Agrário por meio do Acordo de Empréstimo celebrado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2013).

No ano a diminuição dos investimentos nas políticas públicas foi analisada sua importância, com isso no ano de 2015 o Governo Estadual lança o Programa e Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar no Ceará, é nesse ano também que é inserido o NEDET/UFCA, o núcleo importante organização do território.

Durante esses quase 20 anos muitas políticas, programas e projetos foram inseridos no Território da Cidadania do Cariri, contribuindo fortemente para uma evolução da agricultura familiar local, porém ainda é necessário muito, e essa ação não parte somente do governo, mas também dos assentados, já que muitas dessas políticas públicas inseridas no território vem de reivindicações dos agricultores e se mesmo com a criação ainda não existe a atuação por meio deles é necessária uma maior disponibilidade de comunicação e ação para os assentados.

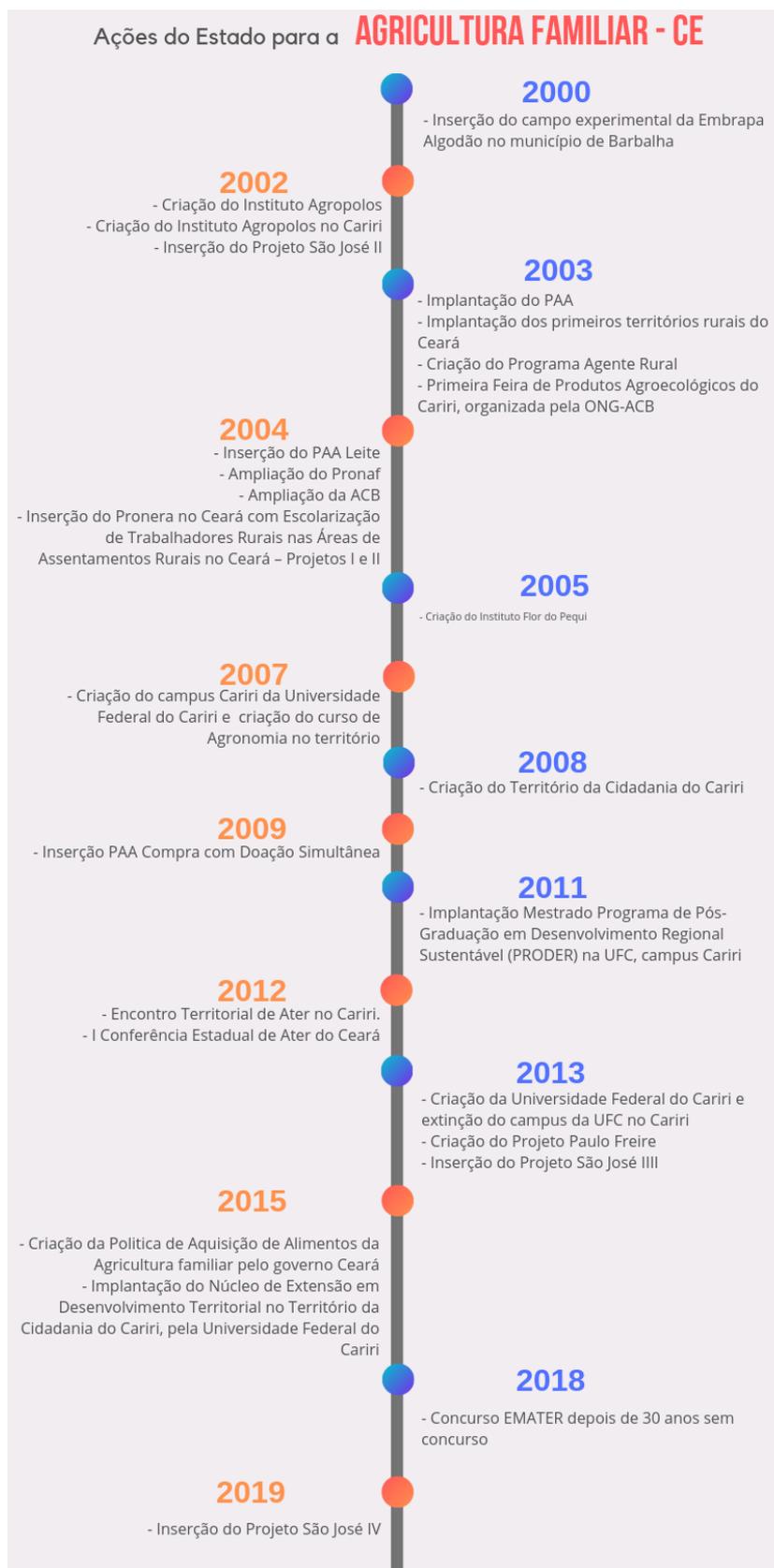


Figura 5 - Linha do tempo sobre as ações do Estado voltadas a Agricultura Familiar no Território da Cidadania do Cariri.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse trabalho analisar o papel e a importância do Estado no fortalecimento da Agricultura familiar, focando nos assentamentos rurais do Território da Cidadania do Cariri.

O Território da Cidadania do Cariri foi uma importante política para a região, que atendeu apenas as áreas rurais, devido a criação no mesmo ano da região metropolitana do Cariri que abrangeu a zona urbana dos municípios. O programa precisa ser mais abrangente junto ao seu comitê organizacional, pois apesar de ter diversas entidades, são as mesmas que dialogam há muito tempo, necessitando a inserção de grupos mais ativos na sua participação. Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET's tiveram relevantes serviços prestados dentro o território, atuando principalmente nos comitês e câmaras temáticas e no incentivo à inserção dos agricultores em programas governamentais, mas que não conseguiram atuar junto aos assentamentos ferais do Cariri cearense, devido a ausência de estrutura dos núcleos e falta de comunicação entre as partes.

A falta de informação quanto o PNAE e o PAA geram descrenças entre os assentados, pois acreditam que estes Programas não trazem benefícios, mas somente dificuldades, impossibilitando o desenvolvimento dos assentamentos e prejudicando o seu trabalho, porém os agricultores que atuaram junto ao PNAE sabem que a garantia de comercialização cria um cenário de maior estabilidade para as famílias assentadas, gerando aumento da renda e fortalecendo a agricultura familiar local.

Desta forma, para viabilizar o acesso dos agricultores assentados torna-se necessário o investimento público nos serviços de assistência técnica e extensão rural, que possa promover a melhor organização dos agricultores para o acesso aos programas de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, bem como contribuir para a resolução de problemas de infraestrutura (especialmente aqueles relacionados às estradas) e de produção. Além disto, existe uma descrença nas políticas públicas por parte dos

assentados, que enxergam a relação governo-agricultores com desconfiança, isso é resultado de um contexto histórico repleto de descumprimentos de acordo por meio das prefeituras.

É necessária a criação de uma rede de conhecimento, envolvendo órgãos de pesquisa, ensino, extensão e comércio afim de que possa se colaborar na busca do desenvolvimento rural sustentável, fazendo um dialogo cada mais frequente e honesto entre Estado – agricultores familiares.

Concluimos que o Estado, com seus programas e políticas, tem potencial para a promoção do desenvolvimento dos assentamentos e para toda a agricultura familiar caririense, mas que é necessária atuação mais constante de uma rede de atores, favorecendo a agricultura.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. da. 1999. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, IPEA, 41 p. (Texto para Discussão, 641).

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, M.W.L. **Capacitação dos conselhos do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP, 2011.

ALVES, J. C. M. **A participação social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: o caso do território do Cariri/CE**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Juazeiro do norte – CE, 2013. Disponível em: . Acesso em: 14 fev. 2015.

ANDERSEN, João Fernando. **Índice do Desenvolvimento Humano Local – IDHL 2000 dos Bairros do Município de Florianópolis-SC**. Florianópolis, 2002. CD ROM.

ANDRADE, M. C. de. **A Questão do Território no Brasil**. 2º Ed. São Paulo – Recife: HUCITEC / IPESPE, 2004.

_____. **Modernização e Pobreza: A expansão da agroindústria canvieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

APOIO FOME ZERO – Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar. **Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar**. São Paulo, 2ª edição, 2005.

ARRAIS, A. M. A. C. **Convivência Sustentável com o Semiárido**: análise do impacto das políticas públicas na agricultura familiar. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte – Ce. 2015.

Arruda, A. S. O. (2013). **Desenvolvimento rural sustentável e economia solidária: estudo de caso na comunidade aquicultores e pescadores artesanais de Guassussê-CE**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza.

BARONE, L. A. A Assistência Técnica aos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: da Política Reativa ao Vazio de Projeto. **Revista Retratos de Assentamentos**, n. 7, pp. 47-64, 2000.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992. 193p.

BELIK, W. **PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – NEA, 32 p. 1999.

BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por de trás dos números. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.11, n.31, set-dez, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003. Acesso em: 20 Maio 2017.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1996-1997)**. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Medeiros, L.S. de & Leite, S.(Orgs.). Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BONNAL, P. e LEITE, S.P. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro (RJ): Cirad/Mauad X, 2011, p. 221-251.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário PAA: PAA 5 anos: balanço e perspectivas**, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Sistema de Gestão Estratégica: Identidade Territorial**. Brasília: MDA/SDT, 2007.

_____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2008. Seção1, p. 1.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário do Território do Cariri.** Brasília: MDA/SDT, 2010.

_____, Programa Aquisição de Alimentos. **Manual Operativo.** Modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão – MDS. 2014.

_____. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Brasília, 2010.

BRASIL. Portal da Cidadania: **Integração de políticas públicas para reduzir as desigualdades.** , 2014. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/p>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Cisternas.** Brasília: 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/programacisternas>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRÍGIDO, J. **Ceará (Homens e Fatos).** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

CALLOU, A. É. P. **Projeto de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo na Região do Cariri**. Ceará. SEBRAE/CEPAL. Crato: 2005. CD ROM.

CAMPOS, J.N. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos avançados*, v28 (82), 2014.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul**, Brasil. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

_____, Francisco Roberto. **As bases para a Extensão Rural do Futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul**. In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção de desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p.1-7, dez, 2011.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; LUNAS, Divina Aparecida Leonel Lunas; GOMES, Deyvison Dias. **A abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel, CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; GIONGO, Pedro Rogério (Orgs.). *Estado e políticas públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano*. Goiânia: Editora Kelps, 2017, p. 15-47.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L.; ALVARENGA, A. C.. **Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013)**. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*, Brasília, p. 108-130, 2017. Disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

CARVALHO, C. P. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, v.39, n.134, p.21-36, jan./jun. 2018.

Carvalho, D. G. ; Castro, V. M. **O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 8., 2009, Cuiabá MT. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-251-130-20090722021654.pdf>.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. In: Texto para discussão 2343, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Ipea, 2014. 48 p.

CEARÁ. Secretária do Desenvolvimento agrário. Disponível em: <<http://www.sda.gov.ce.br>>. Acesso em 05. Abr. 2012 CEARÁ. **Plano de desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS**. 2012 – 2015. Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2012.

CASTRO, C. N. et al. **Ambientes institucional e organizacional do CAI do biodiesel**. In: CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; SILVA, J. F. V. Complexo agroindustrial do biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas. Brasília: Embrapa Agroenergia, 2010.

CASTRO, L. F. P. Agricultura familiar, habitus e acesso à terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito, ABraSD**, v. 2, n. 2, p. 91-105, jul./dez.,

2015. DOI: DOI: <http://dx.doi.org/10.21910/rbsd.v2n2.2015.17>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CONAB. **PAA – Evolução das operações**. In: **Agricultura e Abastecimento Alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2009, 548p.

CONFALONIERI, U. **Água e saúde: Aspectos Globais e Nacionais**. In: BICUDO, Carlos E. de M. et al. **Águas do Brasil: análises estratégicas**. Instituto de Botânica. São Paulo, 2010.

CORÁ, M.A.J; BELIK, W. **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

CEARÁ. Secretaria da Agricultura e Pecuária. **Manual do Programa Agente Rural**. Fortaleza, 2006. 48 p

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Prestação de Contas e Relatório de Desempenho do Fundo Estadual de Combate à Pobreza**, 2010.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Prestação de Contas e Relatório de Desempenho do Fundo Estadual de Combate à Pobreza**. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: **Resultados das Ações da CONAB em 2017**. Brasília: CONAB, 2017.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos-PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

DELGADO, G.C. et al. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília: IPEA, 2005.

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casagrande com o menino de engenho [recurso eletrônico]**. Campina Grande: EDUEPB, 2015. Formato: ePub. Paginação irregular.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **Cartilha do PRONAF**. Curitiba, Editora da UFPR, 25 p. 2007.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. A. Dinâmicas políticas públicas e das organizações locais em processos de desenvolvimento rural: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá (RS). In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Economia e Administração Rural (SOBER), 2010, Campo Grande, MS. **Anais...**, Campo Grande: Sober, 2010.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. Belo Horizonte: **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v.1, n.1, Belo Horizonte. jan./jun. 2008. p. 101-114.

DIAS, Thiago Ferreira; NUNES, Emanuel Márcio; TORRES, Fátima de Lima; TORRES, Antônio Caubí Marcolino. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 100-29, set./dez., 2013.

DINIZ, C.C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova econ. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009.

DINIZ, P. C.; TAVARES, J. L.; ALMEIDA, A. **Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões**. Recife: UFRPE. 2011. 16p.

ESPLAR. **Quadro recente da agricultura e trajetória dos movimentos sociais no estado do Ceará – primeira parte**. Fortaleza. 1991. *Apud* Ceará. GOVERNO DO ESTADO. II Plano de Reforma Agrária. Fortaleza. INCRA - CE. 2014.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; ANDRADE, F. R. B. Agricultura Familiar e o PNAE: a implementação da Lei 11.947/2009 nos municípios do circuito das frutas – SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, 2013.

FAO/INCRA. **A agricultura familiar no Brasil. (agricultura familiar e sistemas de produção)**. Brasília: 2000. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. p. 16-27.

FERIGOLLO, D. et al. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, n. 6, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**. , v.16, p.273 – 284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L.A. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária. In R. A. Scopinho et alii (Orgs.), **Velhos Trabalhos, Novos Dias**: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais. Fortaleza/São Carlos, EdUFC/EdUFSCar, pp. 112-134, 2004.

FERREIRA, R. de S. Itinerário da Política Pública: o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, 2012.

FIDA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e CEARÁ, Governo do Estado. **Relatório Final de Desenho do Projeto** – Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, 2013.

FRANÇA, C. G., DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Nead/MDA, 2009.

FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros. OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NOS TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2014. In **Anais**. SOBER. Porto Alegre. 2017.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, 1971, 123-132

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo : Edições Loyola, Coleção Educação Popular no 3, 1985, 192 p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006**. Estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, [Brasília], 2006.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar** - Dados da Agricultura Familiar.

Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 20/05/2018.

GEHLEN, Ivaldo & RIELLA, Alberto. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento Sustentável. Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan./jun. 2004, p. 20-26

GIANNELLA. V.; CALLOU. A. E. P.; A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Harbra. 1997

GHIZELINI, A. M. **Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil**. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/11%20GT%20Andr%C3%A9%20Michelato%20>. Acessado em 10 de Outubro de 2017.

GONÇALVES H.V.B. et al. Produtos da agricultura Familiar nos cardápios da alimentação escolar: uma parceria para promoção da alimentação saudável. **Rev. Ciência Rural Santa Maria on line**, Santa Maria - RS, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/101590/0103-8478cr20150214>. Acesso em 18/01/2018.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), 24, 2012, Juazeiro. **Anais**. Juazeiro-BA: Action Brasil, 2012. Disponível em: <Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf >. Acesso em: 28 fev. 2019.

HESPANHOL, R. Ap. de M. A.; adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 123-147, 2010. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11964/8247. Acesso: 20 jul. 2018.

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Soc.&Nat.**, Uberlândia, v.25, n.3, p. 469-483, set/dez/2013.

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ. **Plano territorial de desenvolvimento rural, sustentável e solidário**. Território do Cariri. Fortaleza: 2010. Disponível em: www.institutoagropolos.org.br. Acesso em: 15 jul. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso: Set. 2018.

Instituto Nacional do Semiárido (INSA). **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro. 2012.** Disponível em <http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf>. Acesso em: 10 de jun 2019.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária.** 2010. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/questao_agraria/pqra%20%20a_presentao.pdf. Acesso em Set. 2017.

_____. **Assentamentos Rurais na definição do INCRA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: fev. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa**. Brasília, dezembro de 2015.

JACOMINE, P. K. T. Solos sob caatingas: características e uso agrícola. In: ALVAREZ V., V.H.; FONTES, L.E.F.; FONTES, M.P.F. **O solo nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentável**. Viçosa, SBCS-UFV, 1996. 930p.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LEAL, P. C. F. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) no Vale do Ribeira (PR). **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 22-42, 2011.

LOTA, G; FAVARETO, A. **O papel dos territórios nos novos arranjos institucionais brasileiros. XVIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Montevideo, Uruguay, 29 oct. - 1 nov. 2013.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil: análisis comparativo, 1990-2010. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, n. 34, p. 35-71, 2011.

MARASCHIN, A. F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS**, 2004. 145 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARTINS, C. M. S. S.; MACIEL, S. S.; BRITO, M. A. P.; ALENCAR, W. M. M. M.; AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO FEMININO NO TERRITÓRIO DO CARIRI A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO NEDET CARIRI. **Anais**. 3º Seminário e Curso Internacional de Convivência com o Semiárido. Piranhas - AL, 2016.

MARTINS, J.de S. **O Sujeito Oculto**: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária. Porto Alegre, EdUFRGS, 2003.

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM**, v. 7, p. 33-44, 2007. Disponível em:<Disponível em:<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/download/20/22> >. Acesso em: 25 mar. 2017.

MDA. **Programa Territórios da Cidadania**. Balanço 2008-2014. Brasília, 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **SAF**. Disponível em: www.mda.gov.br/saf. Acesso em: 06/10/2015.

MULLER, A.L. et al. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.

Maluf, Renato S.. **A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional**. In: CONAB. Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola. Brasília (DF), CONAB, 2009, p.109-120.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, jan./mar. 2007.

MOREIRA, Roberto José. Terra, poder e território. São Paulo: **Expressão Popular**, 2007. Reimpressão em 2009.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

OLIVEIRA, R. O. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**. IEA: São Paulo, v. 32, n. 12, p. 7-15, 2002.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

PAIVA, M. S. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para sua efetivação no Escritório local da EMATER em Muriaé- MG**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 2012.

PAULA, A.M; GÓMEZ, J.R.M; TRACZ, C.A.M. Novo Ciclo Neoliberal no Brasil: Desmontando políticas públicas para a agricultura camponesa. **Pegada**. vol.18, n.1, p.57-88, julho 2017.

PAULA de, M. M.; KAMIMURA, P.Q.; SILVA da, J.L.G. Mercados institucionais na agricultura familiar: Dificuldades e desafios. **Revista Política Agrícola**, Ano XXIII – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2014.

PEIXOTO, M.. **Marcos legais dos serviços precursores de ATER no Brasil.** In: **Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural ConbATER**, 2008, Londrina. Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural ConbATER Reconversão da Agricultura: busca de novos modelos. Londrina : Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, 2008. p. 544-560.

PEREIRA, Sebastião Eustáquio; FIGUEIREDO, Adelaide dos Santos; LOUREIRO, Paulo R. A. Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 44, no. 04 out/dez, 2006.

PETRONE, P. Contribuição ao Estudo da Região do Cariri, no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 19, p.3-28, março de 1955.

PINHEIRO, Diógenes. **Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores.** In.: TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406p.

PIRES, Élson L.S. **As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos.** In.: FERNANDES, Bernardo et al (Orgs). Geografia Agrária: teoria e poder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p.

PORTAL BRASIL. **ONU reforça a importância da agricultura familiar.** 2014. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-d-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

PORTAL DOS NEDETS. **Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. Brasília: SDT/MDA, 2015. Disponível em: <http://portaldosnedets.info/site/investimento-proinf/>. Acesso em janeiro de 2017.

PORTO, V. H. F. **Agricultura familiar na zona Sul do Rio Grande do Sul: caracterização socioeconômica**. Pelotas/RS: Embrapa Clima Temperado/Doc. 87, 2002. 93p.

RIBEIRO, Darcy (1995) **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, F. E. **Avaliação Psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado da Paraíba**. Tese. (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2008.

ROS, C. A. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrário**, v. 13, n. 25, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/SMW78O>>.

SABOURIN, E. Que Política Pública para a Agricultura Familiar no segundo Governo Lula. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SANTOS, M. **O uso do território**. In: Revista debates, ANO VI, nº16, março-abril, 2005.

SANTOS, D. Políticas públicas vinculadas e sua efetividade: o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Judicare**, v. 9, n. 1, 2016.

SARAIVA et. al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCHMITT, C.J.. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas.** In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: MDS, 2014, pg. 152-184.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA: **PAA – Leite.** Disponível em <https://www.sda.ce.gov.br/categoria2/arquivos/projetos-mapp-55-64-coape-prog-leite>: Acesso em: 23 jan. 2018.

Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Territórios da cidadania – riquezas de um novo Brasil.** 1 ed. 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/territorios-da-cidadania-riquezas-de-um-novo-brasil,54a2015783dc0510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 20/04/2018.

SILVA, E.R.A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998.** Brasília, IPEA, 48 p. 1999.

SILVA, D. B. P. et al. Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes, 2013, Rio Claro, SP. **Anais (online).** Disponível em: <<http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-pdpp.pdf>> Acesso em: 26/04/2018.

Souza, T. A. S. . **Programa de Aquisição dos Alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços em segurança alimentar e nutricional no Brasil no período de 2003 a 2016.** Universidade Federal do Pernambuco. Vitória de Santo Antão, 2018.

SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira. **Páginas & Letras.** São Paulo, SP. 2003.

STURION, G. L.; SILVA, M. V.; OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O; PIPITONE, M. A. P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.18, n.2, 2005.

TEIXEIRA, M. G.; HIGUCHI, A. K.; ROCHA, E. E. B.; VIEIRA, F. G. D. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Um Enfoque na Perspectiva Democrática de Alain Touraine. **Revista Reuna.** v. 12, nº 2, p. 39-54, Belo Horizonte. 2007.

Teixeira, C. A.. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território indígena Caramuru Catarina Paraguaçu no município de Pau Brasil (BA)** .Universidade Federal de São Carlos . São Carlos : 2016. 122 p.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Programa Território da Cidadania.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/territ%C3%B3rios-da-cidadania> Acessado em: 25 ago. 2018..

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica (SGE)**, Brasília: SDT/MDA, 2015. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>. Acesso em fevereiro de 2017.

SILVESTRE, L. H. A.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, A. E. M. Mercados locais e políticas públicas para agricultura familiar: em estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais...**, Ribeirão Preto: Sober, 2005.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

TRICHES, R. M.; KILIAN, L. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios Paranaenses. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 159-179, 2016.

VALENTE, Flavio L. S. **O direito humano à alimentação**; São Paulo, Cortez, 2002.

VALERIANO, C. A. N. **O programa de aquisição de alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CPR-Doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento local da Amazônia)– Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

KOLEZISKI, B. **Inadimplência de Financiamentos da Agricultura Familiar no PRONAF C: Um Estudo no Município de Marmeleiros, Paraná**. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Negócios Financeiros). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009